

APÊNDICE C – Caderno Pedagógico I- Indicações aos docentes

PÓS-ABOLIÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA

TEMAS, ABORDAGENS E CONSTRUÇÕES DIDÁTICAS



Prof.^a Aglaene dos Santos Mendonça
CADERNO PEDAGÓGICO I
São Cristóvão, 2020.

PÓS-ABOLIÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA: temas, abordagens e construções didáticas

CADERNO PEDAGÓGICO I

Autora: Aglaene dos Santos Mendonça

Orientadora: Prof^a Dr^a Marizete Lucini

Capa: Cristina Soares dos Santos
(ProfHistória-MT)

Ilustrações: Cristina Soares dos Santos

São Cristóvão/SE, 2020.

Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Núcleo Universidade Federal de Sergipe (UFS).



SUMÁRIO

1 O IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO 6

- Trilhos da Liberdade.
- Quais direções?
- Havia várias pedras no caminho!
- E o 14 de Maio? “Já raiou a liberdade”?

2 A IMPRENSA NEGRA34

- Não era apenas papel.
- Um pedaço da História.
- Noticiar sim! Lutar também!

3 REMANESCENTES QUILOMBOLAS EM SERGIPE.....52

- O que são?
- Não basta estar na Lei!
- Em Sergipe, onde encontramos?
- Modos de ser, viver, saber e crer.

APRESENTAÇÃO

Por que Pós-Abolição?



Como professora da Educação Básica percebo a necessidade de ir além, refletir, ver e rever no processo de ensinar. Quando falamos em ensinar História, o processo nos remete a questionar sobre qual tema ensinar? Por quê? Como? Em que medida um ou outro conteúdo torna-se mais preponderante? Observar as normas e os livros didáticos, para alguns seria o caminho. No entanto, também questiono se a formação do docente contribui para pensar o fazer pedagógico. Esse fazer que nos coloca diante de escolhas, de decisões, de definições, tanto no campo do que ensinar como no âmbito do como ensinar. Quais temas, quais exercícios, enfim, qual história? Muitas vezes, um dos caminhos possíveis é o livro didático, talvez um “paliativo” diante da precária formação. Entretanto, caso o livro didático não contemple um conteúdo como “deveria” ou quando a forma é insuficiente, o que fazer?

Por isso escolhi o Pós-Abolição como eixo principal desse trabalho, principalmente pela ausência, omissão e por vezes reprodução de estereótipos que negam ou silenciam a história afro-brasileira. Este caderno pedagógico não significa a solução, mas um apoio. Lembrem-se de que o espaço está aberto para complementações e mudanças.

Olá, meu nome é Carolina Maria! Nessas páginas vocês encontrarão um pouco da nossa história, caminharão por pontos que são importantes: a nossa ancestralidade, força e ações. Meu sentimento é de alegria por lhes apresentar temas como o Imediato Pós-Abolição, a Imprensa Negra e os Remanescentes Quilombolas de Sergipe. Eu não conhecia esses conteúdos, mas com esse caderno soube coisas que nunca imaginei. E, mais, li, construí e aprendi. Agora é sua vez.... Mas se liguem: não deixarei vocês sozinhos, dois outros colegas indicarão alguns pontos dessa jornada pela História Negra. São eles: Beatriz e Severo. Vocês podem se perguntar por que faremos isso. Primeiro, como bem expressou a antropóloga sergipana Beatriz Nascimento: “é preciso saber de onde se vem, para saber aonde se vai [...]”. Segundo, conhecer sobre a História do Pós-Abolição e outras do nosso povo, que está escrito em uma lei de 2003. Além de ser um direito, imaginem! Em 17 anos ainda temos muito que dividir e compartilhar. Já falei demais, ‘né! Acho que serei professora de História ou escritora. Ainda não terminei preciso deixar com vocês alguns versos:



Ser negro
 Não é pele
 É atitude
 Não é cor
 É raça
 Não é Submissão
 É luta
 Não é sim
 Nem não
 É decisão
 Compromisso
 Identidade
 Reversão
 Debate
 Participação
 É a dor coletiva
 Individualizada [...]
 Dr. Severo D’Acelino
 Queloide-61

1 O IMEDIATO PÓS-ABOLIÇÃO

➤ O que ocorreu com os negros após o 13 de maio de 1888?

Imagem 1: Família Negra em Cachoeira, 1911.



Fonte: FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade: Histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

➤ SOBRE A SEÇÃO

A seção versará sobre o questionamento inicial: “o que ocorreu com os negros após o 13 de maio”?

O texto do tema se desenvolve por meio de 4 subtítulos:

Os dois primeiros mais introdutórios, além das indicações de outros trabalhos que aprofundaram a abordagem.

Os dois últimos apresentam as ações dos antigos senhores frente à nova situação e o discorrimento acerca das atitudes dos “novos cidadãos” negros diante das mudanças.

A proposta de trabalhar a questão inicial atrelada à imagem é inspirada no artigo de Álvaro Pereira do Nascimento, pois em seu texto, produzido em 2005, há a denúncia da produção de sentidos negativos por parte de alunos em provas de vestibular da UNICAMP.

-Observação: para iniciar o tema o ideal é frisar a pergunta sem abordar a imagem.

Depois das respostas ou reflexão dos alunos, partimos para a compreensão imagética.



A partir da imagem 1 acima responda:

A) O que ela mostra?

B) Quando foi produzida?

C) Faça o comparativo com a reflexão inicial. Sua ideia é diferente da transmitida pela fotografia, sim ou não? Justifique.

Hora da Ação é a primeira construção de atividade presente no caderno e se apresenta na parte introdutória do problema.

➤ **PROPOSTA DE DISCUSSÃO:**

Após introdução do tema com a pergunta inicial e desenvolvimento por parte dos alunos das assertivas A e B, solicitar aos alunos a construção de um texto para a questão C;

A atividade não deve ser encerrada, seria interessante realizar uma roda de conversa para compartilhamento das respostas e discussão entre os integrantes da sala (alunos e professor).

OBJETIVOS:

- Conhecer as ideias prévias dos alunos;
- Levar os alunos a retirar informações básicas da fonte introdutória do tema;
- Produzir textos para compreensão da visão do discente e romper com ideias internalizadas de forma estereotipada.

TRILHOS DA LIBERDADE

Revelar o imediato Pós-Abolição é refletir sobre as ações realizadas por homens e mulheres que enfrentaram um longo processo de escravização e ao mesmo tempo elaboraram pautas de reação. Essas sob as diversas formas. A partir da década de 1870 com a organização do movimento abolicionista e as diversas legislações decorrentes de pressões exercidas, também, pelos escravizados, ex-escravizados e pessoas livres, o término parecia inevitável.

Entendemos o termo não apenas por um período da história afro-brasileira, mas a partir das experiências demarcadas por lutas com o fim da escravização e a implantação da república que estabeleceu um princípio de igualdade que foi negado pelo estado.

Contudo, no Brasil o fim emerge somente com a promulgação da Lei nº 3353 de 13 de maio de 1888. A chamada Lei Áurea, longe de ser aquela que libertou os escravizados, foi responsável pelo fechamento da abolição lenta e gradual, sem uma reparação prevista nos artigos da Lei, sem um programa para uma comunidade que buscou formas e projetos diversos nas variadas regiões do país.

Um pouco mais de um ano depois, nosso país passaria por outra mudança, a implantação da República em 15 de novembro de 1889. O novo regime teria como característica um ideal de cidadania na teoria e outro na prática, pois excluiu do projeto de nação desenvolvida cultural e economicamente grande parte da população negra ao defender e implantar medidas fundamentadas no “ideal do branqueamento”.

Podemos pensar quais atitudes, reações e práticas ocorreram em algumas áreas? E você, como agiria? Faremos agora uma caminhada pela história vivida por muitos brasileiros que viram o fim da escravização e o nascimento de uma nova forma de governo sustentada pela igualdade entre os cidadãos, mas que a negou por meio das ações do próprio Estado.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO:

- Usar o quadro para expor a definição do Pós-Abolição;
- Integrar o tópico após retratar os abolicionismos e as leis;
- Retomar a participação dos próprios escravizados para o fim do escravismo.

➤ INDICAÇÃO SOBRE O TEMA:

Capítulo de Livro:

GODOY, Clarissa; LUCENA, Evelyn Beatriz. Abolição muito além da princesa: os negros tomam a frente dessa luta. IN: XAVIER, Giovana (Org.). **Histórias da Escravidão e do Pós-Abolição para as Escolas**. Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016, p.117-132 (Coleção UNIAFRO; 7).

- Relata a construção de uma oficina pedagógica com a proposta de desconstruir a ideia da Princesa Isabel como centro do movimento abolicionista;
- Nas três últimas páginas temos uma sugestão de atividade didática e outras dicas bibliográficas.

QUAIS DIREÇÕES?

Após um longo período de discussões sobre os termos que a Lei Áurea poderia estabelecer, com a concretização dessa, quais foram as reações possíveis com o novo momento? Será que podemos formular um padrão de atitudes para a complexidade das relações estabelecidas nas diversas regiões mesmo antes de sua implementação? Essas questões serão as norteadoras para o entendimento do que apresentaremos.

Os interesses envolvidos foram diversos, pois a ação afetou regiões e sujeitos diferentes: senhores, pessoas livres, escravizados e representantes do Estado. Com isso, longe de respondê-las, iremos percorrer alguns caminhos.

HAVIA VÁRIAS PEDRAS NO MEIO DO CAMINHO!

A situação dos senhores com o fim da escravização não foi desesperadora como alardeavam muitos dos resistentes à promulgação da lei, mas resultou em mudanças significativas nas relações de trabalho e, principalmente, gerou conflitos e conciliações entre os sujeitos envolvidos no processo em



➤ NO ÂMBITO DO MESTRADO INDICAMOS O TRABALHO DE:

SANTOS, Josimari Viturino. **O 13 de maio na imprensa sergipana do século XIX:** história, historiografia e ensino. São Cristóvão, 2018. 103 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Sergipe.

- Existem atividades para trabalhar especificamente a Lei de 13 de maio, a partir de fontes documentais escritas (jornais) e visuais;
- O texto trabalha também sob a perspectiva do contexto de Sergipe.

LINK PARA ACESSAR O TRABALHO:

https://www.educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430544/2/Disserta%C3%A7%C3%A3o_JosimariViturinoSantos.pdf

Acesso em 22 de nov. 2019.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO:

- Usar a ilustração para estimular os alunos a refletirem sobre os interesses dos senhores após o 13 de maio.

A ideia de liberdade para o escravizado era diferente do pensamento colocado pelo senhor. As diferenças foram construídas no contexto das últimas décadas da escravização, porém, com o Pós-Abolição a autoridade e as velhas condutas não foram aceitas no interior das relações de trabalho.

que a noção de liberdade era diferente para as partes. Com isso, quais foram as preocupações dessas pessoas no aflorar das transformações que se delineavam na História?

No primeiro momento observamos a preocupação de alguns senhores em conseguir por via legal uma indenização. A ideia foi concebida mesmo antes da aprovação da lei. Em algumas áreas,

como no recôncavo da Bahia, parte deles ao notar que a escravização estava por um fio decidiram dar a alforria a várias pessoas submetidas ao cativo para diminuir a insatisfação da população cativa que intensificou as fugas e a desobediência aos senhores e feitores ou demonstrar uma bondade e, então, ter um controle nas decisões dos seus antigos escravizados ao chegar a liberdade para todos.

Obviamente que os agraciados pela estratégia não tinham a obrigação de corresponder a expectativa da “gratidão” e puderam seguir seu caminho ou impor novas condições de trabalho, afinal o fim teria chegado de qualquer forma.

Diante das incertezas, a atitude não foi generalizada, pois havia a esperança da aprovação de um projeto que declarasse uma indenização ou a validação de outro projeto com o mesmo propósito. Dessa forma, muitos senhores seguraram até o último momento o final dessa história.

Podemos pensar que eles estavam sonhando. Depois de explorar o trabalho de seres humanos que foram escravizados ainda quererem algum retorno financeiro por parte do Estado. Então, João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, tentou colocar o plano em ação. Se por um lado não se concretizou, por outro esteve presente no imaginário de muitos donos de escravizados.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO:

- Expor o quadro para explorar os sentidos de liberdade;
- Evidenciar que as expectativas dos senhores eram diferentes dos escravizados;
- Mostrar quais eram as prioridades e interesses dos senhores;
- Destacar que homens e mulheres provenientes do cativo pautaram condições que não correspondiam aos interesses dos antigos donos

➤ INDICAÇÃO SOBRE O TEMA:

PEREIRA, Fábio Batista. **Pós-Abolição experiências docentes em escolas estaduais de Educação Básica Cachoeira-Ba e São Félix-Ba.** 2016. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Cachoeira-BA 2016.

DIVIDIDO EM 4 PARTES: A DIVISÃO C APRESENTA UMA ABORDAGEM SOBRE “VISÕES DE LIBERDADE” PARA OS ALUNOS

LINK PARA ACESSAR O TRABALHO:

https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Turma_2014/F%C3%A1bio_Batista/C_continuacao_11.pdf .

Acesso em 18 dezembro de 2019.



Contextualizando e aprendendo significados

“Três meses antes da abolição, nem todos os senhores estavam certos de que as alforrias coletivas fossem a melhor estratégia para fazer frente às fugas e à recusa ao trabalho nos engenhos[...]. Porém, a alforria dos escravos, naquele momento, inseria-se numa estratégia política que buscava evitar o abandono das propriedades após a abolição. Entretanto muitos senhores se mantiveram fiéis à escravidão até o 13 de maio, na crença de que teriam condições legais para exigir indenização. Em 11 de julho de 1888, ao elogiar a iniciativa de Cotegipe de apresentar projeto de indenização dos senhores de escravos na Câmara, Arisitides Novis, comerciante e dono de engenho da região, lembrou que, antes da abolição, os senhores estavam divididos em torno da questão. Por isso, haviam resistido até o último instante. Disse Novis que foi consultado por diversos senhores se deviam ou não libertar seus escravos, mas absteve-se de opinar sobre o assunto. Aliás, Novis revelou que não concedeu a alforria antes da lei, fiado na possibilidade de indenização.”

Fonte: FRAGA FILHO, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: Histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1970. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 108.

a) Busquem os significados das palavras marcadas.

b) Por que muitos senhores não utilizaram da estratégia política de conceder alforrias coletivas?

c) Podemos afirmar que a reparação aos ex-escravizados e seus descendentes, e não a indenização aos senhores seria fazer justiça? Por quê?

Atividade faz parte de vários momentos do caderno, pautando duas ideias básicas: a contextualização de uma discussão anterior, ou seja, mostrar as condições de um dado momento e ampliar o vocabulário com palavras e seus sentidos.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO:

- Leitura do texto pelos alunos e pesquisa das palavras marcadas;
- Interpretar o sentido de estratégia política. O que seria esse termo? Como ele se aplica as ações dos senhores?
- Expor a necessidade de defesa da reparação para os afro-brasileiros.

Se o sonho indenizatório não chegou, quais outras estratégias foram tomadas para restringir as ações daqueles que tinham conquistado recentemente ou não a liberdade?

Usar o aparato do Estado para o controle dos destinos e atrapalhar a sobrevivência de muitos que decidiram seguir um caminho distante das antigas relações. O artifício foi traduzido no uso da força policial, na criação de leis que impediram ou dificultaram a reorganização dos novos trilhos. Diante disso, tivemos intervenções em vários núcleos urbanos, pela lei ou pela força repressiva, na vida da população negra.

Uma das possibilidades no pós-13 de maio foi a migração das áreas rurais para a **urbe**. A estratégia levou muitos a buscarem novas condições

em Aracaju, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades com características e mudanças específicas. Vamos conhecer um pouco do contexto da capital de Sergipe como destino para a vida nova.

Aracaju no final do século XIX e início do século XX era uma cidade “nova”, pois sua implantação enquanto capital planejada de Sergipe ocorreu em 1855 e, foi vista, trinta e três anos depois, no Pós-Abolição, como uma via alternativa para os novos destinos da população

negra **egressa** ou não.

A capital de Sergipe, no marco temporal acima colocado, implantaria indústrias não muitos grandes, mas destinadas aos bens de consumo: alimento, bebidas, cigarros e charutos, vestuário e calçados e outras maiores como fábricas de fiação e tecelagem de algodão, além de desenvolvimentos de outros setores: construção civil, comércio, serviços públicos, serviços domésticos e pessoais e transportes. Com isso, geraria outras dimensões de trabalho, desvinculado do ambiente totalmente agrário e de renda para a população que se estabelecesse na região.

Significados

Urbe: s.f. Cidade, em especial, a muito populosa.

Egressa: adj. Que deixou alguma instituição, grupo ou lugar que saiu.

Fonte: DICIONÁRIO escolar da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.

O texto das próximas páginas revelará aspectos da história de Aracaju. Fizemos o referido recorte, por considerar que cada cidade pode ter desenvolvido elementos próprios de exclusão da população negra no Pós-Abolição. Entretanto, o professor ou a professora podem pesquisar sobre seu lugar de atuação e fazer a abordagem específica usando o presente material para mostrar aspectos comuns e as diferenças.

Além disso, no caso de Aracaju, indicamos retomar a história da fundação da cidade por meio das indicações abaixo:

OS DOIS LINKS OFERECEM ACESSO À HISTÓRIA DE ARACAJU EM FORMATO DE HISTÓRIA EM QUADRINHOS.

<http://tecned.com.br/aracajuHQ/revista1/Default.html>.

<http://www.tecned.com.br/aracajuHQ/revista2/Default.html>.

Acesso em 20 de janeiro de 2020.

As possibilidades de uma vida longe das antigas áreas ou mesmo a permanência, mas desvinculada das velhas relações viáveis por meios das novidades urbanas que gerariam meios de sobrevivência e construção de novos caminhos preocupavam os senhores, e no caso de Aracaju parece certa a “ameaça”, local com áreas desocupadas e fonte de renda.

Para falarmos como se deu o controle nessa circunstância, precisamos pensar o processo de construção e algumas configurações da cidade. A condução do plano arquitetônico esteve a cargo do engenheiro Sebastião José Basílio Pirro, inicialmente, e contou com os serviços do engenheiro Francisco Pereira da Silva. O plano de Pirro obedecia um traçado de quadras rígidas que rememoraria a ideia do “tabuleiro de xadrez”. Para construção da cidade obedecendo o padrão inicial foi necessário interferir em lugares com manguezais, dunas, morros.

Imagem 2 – Configuração das ruas no Quadrado de Pirro em 1868



Fonte: SOUZA NETO, 2017, p. 37.

Estabelecido o projeto, após a sobreposição do ambiente, verificou-se o aumento progressivo no número de habitantes e medidas, que foram implantadas para dar continuidade relativa à planta inicial e preservar a visão moderna da cidade por meios das posturas e dos códigos de posturas. As últimas deferidas no período republicano.

Para explorar a configuração espacial de Aracaju no trabalho de Waldefrankly Rolim de Almeida Santos, **Práticas e Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de Aracaju/SE**, dissertação de 2007, há várias cartografias que podem ser usadas para complementar a ilustração ao lado

Disponível em:
<https://ri.ufs.br/handle/riufs/4107>. Acesso em 18 de dez.2019.

Apesar da tentativa de controle, outra cidade surgia, a cidade real, da “desordem” com moradias mais populares e baratas.

A dinâmica urbana pode ser vista no aumento populacional, conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Variação populacional de Aracaju entre 1856-1924

Ano	População estimada
1856	1.484
1860	5.000
1872	9.559
1889	15.000
1890	16.336
1900	21.132
1920	37.440
1924	42.469

Fonte: SOUZA NETO, 2017, p. 34 e SANTOS, 2007, p. 94 e p. 114.

Elaborada pela autora, 2020.

Analisando.....



Para responder, observe a tabela:

1. O que podemos concluir sobre a população aracajuana entre os anos de 1872-1889?

2. Qual fato ocorreu um ano antes do término do período analisado na questão anterior?

3. Observando as conclusões anteriores, é possível afirmar que Aracaju foi uma possibilidade encontrada pela população egressa para os novos destinos? Justifique.

Título da terceira proposta de atividade, com o intuito de explorar as informações sob as diversas formas (texto, mapa, imagem...).

Para o caso usamos uma tabela.

OBJETIVOS:

- Observar os dados da tabela;
- Relacionar com as informações textuais anteriores à tabela.

Um dos indícios que fundamenta Aracaju como um núcleo receptor de vários migrados no contexto do Pós-Abolição é o significativo aumento populacional no decorrer dos anos e o salto nos tempos seguintes ao do fim da escravização. Os censos demográficos servem também para entender a composição da população em relação a “cor”.

Tabela 2 – Porcentagem aproximada da população de cor entre 1872-1890 de Aracaju

Ano	População geral	% pretos	% pardos ou mestiços*
1872	9.556	26,6	36
1890	15.000	13,6	49,1

* No censo de 1872 o termo era pardo. Já o de 1890 mestiços.

Fonte: SOUZA NETO, 2017, p.34. (Elaborada pela autora, 2020).

Verificamos acima que a porcentagem da população negra no período posterior à abolição seria de aproximadamente de 62, 7%. Portanto, mais que a metade da população, o que não significou que ela teve um tratamento prioritário, contudo, seria observada e vigiada e que suas ações de sobrevivência e existência desde as formas de trabalho, de lazer e de construções das moradias seriam objetos de restrição nos chamados **códigos de posturas**.

Os locais de estabelecimento, predominantemente, ficariam fora do quadrado de Pirro, pois, esse seria destinado às camadas mais abastadas. Mesmo assim muitos sofreram com o impedimento fiscal de reformas ou construções nas delimitações dos espaços que poderiam, por exemplo, ter habitações fora do padrão determinado.

Desse modo, as restrições não impediam apenas as mudanças, mas também restringiam os espaços, pois

São leis mais complexas e abrangentes criadas para gerenciar a cidade assumidas pelo Estado. Segundo SANTOS (2007) foram acompanhadas de um conjunto de instrumentos jurídicos que garantiam seu policiamento [...] e [...] foram favoráveis para a definição de uma periferia desestruturada e segregada sócio ambientalmente. Elas variavam em estrutura, mas a preocupação com as edificações foi mais constante nas três primeiras do século XX.

As normas denominadas códigos de posturas mostram as restrições impostas à população negra.

As duas Páginas seguintes exploram os códigos de posturas sob duas perspectivas: como fonte primária para o aluno perceber a limitação e o uso da fonte por parte de um historiador.

os terrenos disponíveis na área central da cidade teriam um preço elevado e as construções deveriam obedecer às normas dos códigos de posturas.

Abaixo está a transcrição de três artigos do código de postura de 1903



Art. 8º É proibida a edificação ou mesmo qualquer reparo ou concerto em casa de palha na área da cidade. Essa proibição estende-se até cem metros dos limites edificados. Pena de 20\$000 de multa ou cinco dias de prisão, ficando o infrator obrigado a demolir a obra feita.

Art. 9º A construção de casas de palha nos logares não compreendidos no artigo antecedente, não se dará sem o pedido de alinhamento que será concedido gratuito, em continuação do alinhamento urbano em todos os sentidos, de norte a sul, de leste a oeste. — Penas de 5\$000 de multa, ou 2 dias de prisão, além da obrigação de demolir a obra feita ou começada.

Art. 10º nos logares em que é permitida a edificação de casa de palha deverá mediar de uma a outra o espaço de 3 metros. — Penas de 5\$000 de multa, ou 2 dias de prisão.

Fonte: Lei n. 84 de 1903 *apud* SANTOS, 2007, p. 110.

Quarta sugestão de atividade. A meta é usar tarefas relacionadas à profissão do historiador.

OBJETIVOS:

- Explorar a fonte para retirar informações básicas: período de produção e temática principal;
- Evidenciar as restrições para a ocupação do espaço;
- Desenvolver um censo de posicionamento por parte dos alunos.

1. Quando foi estabelecida a norma? Qual é o tema central dos artigos?

2. Que tipo de edificação não era permitida na área da cidade?

3. Você acha a medida de proibir correta ou não? Por que? As penalidades são justas ou injustas?

A essa altura do texto vocês podem estar se perguntando: para que serve entender as regras de edificações do final do século XIX ou início do século XX? Qual a relação desse fato como as atitudes que emperraram a vida da população negra em Aracaju?



Perspectiva historiográfica

“No código de posturas de Aracaju de 1890 é possível observar uma preocupação em seguir padrões – altura, aspectos arquitetônicos, reparos nos muros, alinhamento das calçadas, etc. – no modo como deveriam ser construídas as habitações na área citadina, formada por limites bastante flexíveis. Proibia-se, por exemplo, no artigo 4º a edificação ou reparo de casas de palha dentro da cidade ou “a dez braços do seu limite edificado. O contraventor incorrerá multa de 20\$000 réis ou oito dias de prisão, além de ser obrigado a demoli-la”. O Art. 6º informava a proibição da construção de casas “nos altos denominados – Pyrrho, Borburema, Crespo, Desperta e quais quer outros nas circunvizinhanças dessa cidade”. Como pena, estava previsto a demolição e o pagamento de multa no valor de 30\$000 réis ou oito dias de prisão. Nos locais onde se permitia erguer moradas de palha, havia uma limitação quanto ao estabelecimento de uma distância de 10 metros entre as residências, sob a penalização de 6\$000 réis de multa ou 3 dias de prisão para o contraventor. Medidas desse caráter, com uma atenção exclusiva aos morros localizados nas proximidades do quadrado, buscava evitar que a população pobre se instalasse nessa região, sendo empurrada aos poucos, para as partes suburbanas. Nos bairros Chica Chaves e Fundição, terrenos de marinha, também havia uma série de restrições que impediam construir livremente nessas localidades.”

Fonte: SOUZA NETO, Edvaldo Alves de. **Saindo das Senzalas, mas não da História**: libertos em Sergipe no pós-abolição (1888-1900). São Cristóvão: Editora UFS, 2017. p.38.

Qual a preocupação em relação as construções nos morros próximos ao quadrado de Pirro?

Quinta proposta de atividade com o fim de explorar as produções historiográficas sobre as temáticas abordadas.

OBJETIVOS:

- Desenvolver a capacidade leitora;
- Perceber a qual conclusão o trabalho chegou.

Além do controle sobre o espaço, que não foi algo exclusivo de Aracaju, os historiadores destacaram uma série de medidas que visavam criminalizar práticas culturais de grande parte da população negra. Os “batuques” ou samba, as religiões de matrizes africanas, como o candomblé e a capoeira sofreram perseguições do aparato policial.

Sobre a capoeira havia no CÓDIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL, estabelecido por meio do DECRETO Nº 847, DE 11 DE OUTUBRO DE 1890, a descrição da prática como crime no Livro III: das contravenções em espécie no Capítulo XIII destinado a compor “Dos vadios e Capoeiras”. Observem no quadro abaixo o que expressava o código:

[...]

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem;[...]

Pena - de prisão cellular por dous a seis mezes.

Paragrapho unico. E' considerado circunstancia agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidencia, será applicada ao capoeira, no gráo maximo, a pena do art. 400. [o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.]

Paragrapho unico. Si for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Fonte: BRASIL. Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em 10 de janeiro de 2020.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO

Usamos o caso da capoeira como exemplificação, mas na mesma norma existe a questão da vadiagem passível de exploração. Outra forma de abordagem seria por meio de canções de samba da época.

OBJETIVOS:

- Expor uma legislação federal do final do século XIX;
- Mostrar pontos da marginalização e discriminação que a norma carrega.

A legislação acima simboliza como a população negra foi perseguida e marginalizada por uma legislação nacional. Com isso, não podemos negar a atuação do Estado republicano nesse processo. Obviamente, no percurso de mais de um século essa relação foi se transformando ou ganhando novas dimensões e, principalmente, não devemos esquecer que em todos os momentos os afro-brasileiros resistiram para permanências das diversas práticas e costumes que foram e, até hoje, são discriminados.

Nosso próximo passo é entender como os novos cidadãos reagiram, se posicionaram e elaboraram caminhos próprios e autônomos dos desejos dos antigos senhores e das ações repressivas do Estado.

E O 14 DE MAIO? “JÁ RAIOU A LIBERDADE”?

Quando você recebe uma notícia sobre alguma conquista que vem lutando sob as diversas formas, mas que não tinha se concretizado para todos completamente, como reagiria? Gritaria, pularia, choraria, sairia correndo ou festejaria? Festejar e celebrar faz parte de nossas atitudes como sujeitos históricos. Quantos vezes não comemoramos nossas conquistas? A aprovação em uma disciplina difícil na escola? A vitória de nosso time predileto em um campeonato? Por isso, a primeira reação que vamos compreender são as festas do “13 de maio”.

Hoje, temos várias formas de receber uma notícia: ligação telefônica, *e-mail*, mensagens pelo *WhatsApp*, as diversas redes sociais (*facebook*, *twitter*), outros meios de comunicação (televisão, rádio). A comunicação, nos dias atuais, é quase instantânea; em segundos uma informação se espalha facilmente, basta um *click*. Contudo, nos idos do dia 13 de maio de 1888, em um domingo, quando, finalmente, foi assinada a lei, a notícia não se espalhou rapidamente em todos os lugares. Alguns receberam a comunicação mais rapidamente, outros demoraram alguns dias. O tempo que demorou para chegar não importa tanto, mas ao se comunicar a novidade, oficialmente, por meio da telegrafia e de um jornal, ou de boca em boca entre os escravizados que viviam nas fazendas, as celebrações ocorriam.

Processo de telecomunicações que transmite textos escritos (telegramas) por meio de um código de sinais (código Morse), através de fios. Em 1889, havia 10.755 quilômetros de linhas telegráficas com 18.488 quilômetros de fios condutores, ligando 173 estações. Com a implantação da República, apenas três estados não possuíam telégrafo: Goiás, Mato Grosso e Amazonas.

Último tópico do título: O Imediato Pós-Abolição.

Assim, versaremos sobre a recepção da lei, revelando o protagonismo da população negra nas festas da Abolição.

Elencamos recortes para evidenciar diversas ações, que a população egressa realizou com o novo momento, reveladoras das lutas construídas para a afirmação da “liberdade”.

Longe de representar um momento de euforia e loucura, as festividades “do 13 de maio”, expressão utilizada na época para demarcar os libertos com a abolição, marcaram espaços de disputas e atitudes

recentes. O rompimento com a ordem escravagista aconteceu por meio das celebrações. Apesar de muitos quererem colocar os direcionamentos e as organizações dos eventos, a população negra, os novos cidadãos, estabeleceu suas ideias e lugares na ordem que, até mesmo alguns organizadores ou antigos senhores, quiseram tomar a frente.



Perspectiva historiográfica

“As comemorações oficiais duraram uma semana; o ápice foi o desfile dos libertos com o carro alegórico da Cabocla, uma figura indígena, um dos símbolos da independência nacional comemorada na Bahia anualmente, no dia 2 de julho, desde 1823. [...]. A celebração do fim da escravidão, mantendo a Cabocla como símbolo, revela alguns nexos simbólicos. [...]. A ideia de emancipação política que o Dois de julho encarnava tinha forte apelo popular. [...]. Os caboclos também fazem parte do panteão religioso das casas de candomblé. Eles representam os "donos da terra", os que já habitavam este território antes da chegada de europeus e africanos. Em torno do culto aos caboclos, adeptos do candomblé construiriam uma das encruzilhadas entre o legado africano e o pertencimento à nação brasileira. Nesse sentido, os caboclos personalizavam o continuum entre a independência nacional e a abolição, no qual a liberdade estava encarnada em entidades religiosas do "povo do santo"[...]. Os libertos solicitaram à intendência que levasse às ruas os dois carros emblemáticos: o Caboclo e a Cabocla. Entretanto, só o que conduz a imagem da índia foi liberado. Por certo, mais uma atitude política cautelosa: a figura da cabocla estava revestida de um sentido conciliador, representa a lendária Catarina Paraguassú, a bela índia que encantou o aventureiro português Caramuru. Já o caboclo incorporava a altivez guerreira capaz de contagiar perigosamente a multidão. Antes permitir que os "treze de maio" saudassem a índia sedutora que o índio guerreiro.”

Fonte: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O Jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras, 2009. pp.126-129.

Quais os sentidos da manutenção do símbolo da Cabocla nas festividades da Abolição na Bahia? Quem fez a solicitação? E, por que permitiram apenas o uso do carro que conduzia a figura feminina?

Proposta de atividade com o fim de explorar as produções historiográficas sobre as temáticas abordadas.

OBJETIVOS:

- Desenvolver a capacidade leitora;
- Mostrar como a população negra impôs suas concepções para comemorar a liberdade.

Como percebemos na página anterior, dentro de determinados limites, a população negra colocou suas práticas e expressões. Contudo, como foram os preparativos para as festas? As celebrações tiveram uma lógica na organização? Fiquem atentos às questões, pois nas próximas linhas apresentaremos alguns episódios e situações.

Contando com a participação de populares – ex-escravizados, forros, livres, negros e brancos – as festas oficiais poderiam ocorrer em lugares estratégicos – prédio público, igreja, associação abolicionista, em frente à sede de um jornal – os locais eram enfeitados, havia a presença de bandas para acompanhar os cortejos nas ruas, muitas formadas por libertos, fogos, luzes e flores. Além disso, os eventos não ficaram restritos ao mês de maio de 1888, apesar de, no período, ter sido mais intenso e os festejos se desenvolveram em clima de quase carnaval, com duração de oito dias.

As comemorações não foram realizadas ao mesmo tempo, no caso de Sergipe. A partir de fontes jornalísticas da época, o historiador Edvaldo Alves Sousa Neto descreveu as notícias de várias festas em momentos diferentes. Em Itabaiana, ocorreu no dia 12 de maio de 1888, um dia anterior à assinatura. No 20 de maio de 1888, foi a vez de Laranjeiras; na cidade de Riachão do Dantas, o 13 de maio foi celebrado no dia 2 de julho. No dia 09 de setembro, foi a vez de Japaratuba e, em Aracaju, além das festas próprias do 13 de maio de 1888, um ano depois, no dia 19, há notícias de novas celebrações.

Os modos de celebrar também tiveram contornos específicos. Na cidade de Salvador-Bahia, a população egressa manteve suas posições e não permitiu apenas o que era definido pela elite ou por grupos que não foram beneficiados e não tiveram participação no processo. Ademais, além de contar com a presença da Cabocla, ocorreu o cortejo ao Senhor do Bonfim, Santa Efigênia e São Benedito, santos ligados à população negra, que também estiveram presentes nas festividades, mas dessa vez no sul e sertão baiano. Várias canções ou versos/sambas eram criados e recriados pelos “novos cidadãos”.

As próximas páginas abordarão as celebrações do 13 de maio, não apenas como um momento de alegria, mas entendemos as festas como espaços de disputas, de reafirmação de sentimentos ou de negação de condições.

Além da descrição textual, foram construídas três atividades para exploração.

Analisando.....



IMAGEM 1



Registro de mobilização popular em virtude da abolição

Crédito da imagem: Augusto Elias.

IMAGEM 2



Acervo Museu da Arte da Bahia

Missa campal no adro da igreja do Bonfim em ação de graças pela abolição, 18 de maio de 1888. O ato foi promovido por Eduardo Carigé, abolicionista baiano.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO

A ideia é dialogar com os alunos, inicialmente, sobre o que as imagens representam.

OBJETIVOS:

- Descrever elementos das fontes imagéticas;
- Identificar espaços das comemorações oficiais;
- Evidenciar a mobilização popular.

Fonte: ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O Jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 2009. p.116; p.132, respectivamente.

1. Descreva o que você observa nas imagens.

2. Quais locais foram escolhidos para as celebrações?

3. Explique se é possível notar a grande mobilização que os eventos promoviam? Quem poderiam ser as pessoas?

Em Laranjeiras-Sergipe, as celebrações oficiais teriam ruas arrumadas, casas iluminadas e pessoas conhecidas recitariam poesias. Com início no paço do município, a concentração seria aberta com fogos. O cortejo passaria por várias ruas: Porto dos Oiteiros, Poeira, e Cangaleixo, provavelmente lugares onde residiam muitos libertos. Nesse caso, havia a preocupação de controlar o contorno popular dos libertos na celebração, então, a passeata foi separada em segmentos através da linha de cor, renda e título. Segundo a historiadora Sharyse Piroupo do Amaral, na frente da banda com o maestro viriam os “cavalheiros”; na sequência, estaria a banda dos barbeiros seguida por “ex-escravizados”. Não sabemos mais sobre os detalhes da festa, mas percebe-se a tentativa de controlar a situação.

No Estado São Paulo, há registro nos jornais da imprensa negra de eventos ligados ao 13 de maio até as primeiras décadas do século XX. Eram festas organizadas por diversas associações e membros da imprensa. Havia passeatas, visitas aos túmulos dos abolicionistas, entre eles Luís Gama e José do Patrocínio, assim como discursos para homenageá-los e prestar agradecimentos à princesa Isabel, chamada de “Redentora da raça”; várias lideranças negras discursavam para defender a igualdade e os anseios dos cidadãos negros.

Havia também as festas espontâneas ou “não oficiais”. Essas seguiam em bairros ou ruas onde havia negros morando, nas fazendas, locais em que se produzia sambas, batuques que tinham um terreiro ou vasto quintal para a realização de diversas danças, músicas ou manifestações próprias das culturas negras (capoeira, lundu, jongo, congada) acompanhadas de instrumentos rítmicos: chocalhos, pandeiros, atabaques, triângulos, maracás, tamborins, reque-reques e os comes-e-bebes dos mais variados.

Durante a primeira República, a partir de primeiro de janeiro de 1890, 13 de maio seria considerado feriado nacional, mas com a chegada de Vargas ao poder, em 1930, o feriado foi suspenso. Em nossas escolas não se fala muito na data, no Dia da Abolição, pois ela foi ressignificada

como o Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, e substituída pelo movimento negro como data fundamental para a comunidade negra pelo 20 de novembro, Dia nacional da Consciência Negra. Mas o 13 de maio não deixou de ser lembrado. Em algumas comunidades negras a data é celebrada.



Contextualizando e aprendendo significados

“Embora desprestigiadas, as festas em torno da Abolição não foram esquecidas em todos os lugares e os tambores do jongo, ao longo do século XX e início do XXI, não silenciaram nessa data. Para os descendentes de escravos do Vale do Paraíba as atuais festas e as referências ao 13 de maio muitas vezes em pontos de jongo passaram a fazer parte do patrimônio cultural, festivo, religioso e musical de suas comunidades, mesmo que tenham adquirido diferentes e conflituosos significados. E desde muito tempo [...]. Sem dúvida, as festas em torno da Abolição, comemoradas nos antigos vales do café com jongs e caxambus, podem ser vistas atualmente como um importante canal de expressão e de comunicação para os descendentes da última geração de africanos e escravos do Sudeste. Sem acesso à terra e à política formal, transformaram a prática cultural local de memória e história; a festa, em canal de expressão identitária e política. As festas de maio do Quilombo São José da Serra são um dos melhores exemplos dessa transformação...”

Fonte: ABREU, Martha; Mattos, Hebe. Festas e lutas políticas: das festas do 13 de maio às festas do Quilombo de São José da Serra, RJ, 1888-2011. In: ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Livia; BRASIL, ERIC. (orgs.). **Cultura Negra: festas, carnavais e patrimônios negros**. Niterói: Eduff, 2018. pp. 34-37.

a) Busquem os significados das palavras marcadas:

b) Em qual local podemos observar, nos dias atuais, as comemorações com referências ao 13 de maio? Por que a festa ainda é importante?

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO:

Por meio da leitura do texto, é preciso expor que o 13 de maio é rememorado em comunidades negras, portanto, não desapareceu.

OBJETIVOS:

- Pesquisar as palavras marcadas;
- Mostrar lugares onde o 13 de maio é comemorado;
- Compreender a festa como uma expressão identitária e política.

Após o tempo comemorativo mais intenso, ou mesmo durante, construíram-se procedimentos no cotidiano para romper com o passado. Entre várias reações e mudanças que se estabeleceram no processo podemos destacar: a não aceitação das ordens de um senhor ou senhora, o direito de ir e vir, sem dar satisfação; a escolha de quando começar ou recomeçar o trabalho etc. Os castigos ou a intimidação destes não surtiram mais efeito como forma de controle, pois, não deveriam ser mais usados.

As mudanças não foram tão simples, visto que a população negra sofreria as pressões dos velhos senhores, do aparato policial e das necessidades de sobrevivência para impor suas ações e, até mesmo, conseguir melhores condições de vida. No entanto, ela criou ou recriou diversas estratégias

Nesse sentido, um ponto importante foi a mudança do nome. Durante o período da escravização, muitos recebiam os sobrenomes de seus senhores e dos locais onde exerciam suas atividades. À vista disso, para muitos o novo momento demandava uma ruptura dos antigos laços e uma forma expressiva foi a mudança na denominação ligada ainda à ideia da posse e do cativo.

O artifício já era usado durante o cativo, mas por outros motivos - quando os escravizados fugiam e buscavam refúgio em outro lugar. Entretanto, no imediato Pós-Abolição o sentido revelou uma redefinição da identidade ou uma segurança. Os tempos eram incertos, então, garantir a cidadania seria uma maneira de manter segura e certa a condição de livre.

Dessa maneira, o medo da reescravização era recorrente, porém o temor não cortou os espaços de autonomia sentidos e aproveitados. Mais uma vez a população negra nos ensina como reagir diante das pressões e opressões.

O receio da reescravização, resultou em ações que esbarraram no serviço censitário realizado no

Termo usado para se referir a ideia de que a escravização poderia retornar, mesmo depois de aprovada a lei. E, com isso, retiraria a cidadania recém-conquistada e os ex-escravizados voltaria à antiga condição.

primeiro ano da República, 1890. Para a contabilização, agentes recenseadoras realizaram as tarefas, mas encontraram dificuldades em áreas que contavam com a presença de libertos. Havia a desconfiança por parte da população em Sergipe, então, nem sempre o trabalho era fácil.



Perspectiva historiográfica

“Os indícios nos mostram que para vencer essas desconfianças o melhor caminho parecia não ser utilizar as sanções penais, o que muito provavelmente aumentaria a resistência dos libertos. Ao que tudo indica, a maioria dos agentes optou pelo diálogo com a comunidade, visitando os locais mais de uma vez a fim de negociar formas de cooperação da população liberta com os trabalhos censitários. É o que sugere o agente recenseador Luiz Gonzaga de Moura, que diz ter sido preciso “fazer algumas viagens” e “ser-me preciso entender-me com todos a fim de arredar deles semelhante ideia [da reescravização]”. Suas palavras deixam transparecer a existência de uma correlação de forças entre a imposição do decreto e a resistência dos “ex-escravizados”. Desse modo, era necessário fornecer, previamente, alguns esclarecimentos para que os libertos contribuíssem com a medida legal. Uma forma de aliviar as tensões desses diálogos era recorrer à ajuda de pessoas “de boas maneiras” para que essas pudessem mediar a relação. Luiz Gonzaga de Moura, por exemplo, disse que: “indo neste trabalho auxiliado por meu tio Tenente Antônio Nunes de Moura, que voluntaria e interessadamente acompanhou-me nesta excussão conseguindo com suas boas maneiras um resultado satisfatório para o bom êxito do meu trabalho, sem que me fosse preciso usar de reação ou ameaça em castigo a sua rebeldia”. Certamente o uso de medidas mais rígidas, como o castigo, comum ao tempo do cativo, poderia confirmar entre os antigos escravizados as suspeitas da reescravização. ”

Fonte: SOUZA NETO, Edvaldo Alves de. **Saindo das Senzalas, mas não da História**: libertos em Sergipe no pós-abolição (1888-1900). São Cristóvão: Editora UFS, 2017. p.38.

Por que os agentes recenseadores optaram pelo diálogo em seu trabalho? E o que poderia significar o uso das medidas mais rígidas?

➤ **PROPOSTA DE DISCUSSÃO:**
Atividade com a finalidade de explorar na produção historiográfica o medo da reescravização.

OBJETIVOS:

- Evidenciar como os libertos agiram para fazer valer sua autonomia;
- Expor que o receio da reescravização não era incomum.

Assim, os agentes a serviço do Estado sabiam que se impusesse de forma violenta ou usando a força da lei, o trabalho seria mais difícil. Com isso, a população egressa colocava as formas válidas de aproximação. Foram vários os caminhos para demonstrar a autonomia estabelecida, também, com o 13 de maio.

As escolhas ou condições não estavam restritas em momentos ligados as festas ou atuações do próprio aparelho estatal. Nas áreas urbanas e rurais a população negra ia construindo espaços de resistência, autonomia e liberdade, seja longe do passado ou convivendo com ele.

trouxe uma diversidade de trilhos que a população egressa poderia seguir nas diversas áreas do país. Logo, o caminho dependia dos desejos da população negra. Ao sair, os desejos poderiam ser a busca da autonomia para escapar do trabalho forçado, da disciplina e da vigilância nas fazendas, o interesse de reunir parentes e amigos, a busca de um estilo diferente de vida, a necessidade de se ausentar dos antigos postos de trabalho em busca de outros e, assim, experimentar novas formas de trabalho.

Ao permanecer, criaram estratégias de lutas pela ampliação de espaços próprios e das expectativas de liberdade. Muitos tinham adquirido um pedaço próprio de terra na época da escravização, então, continuar seria ter esse direito garantido e, com isso, poderiam sobreviver e sustentar sua família.

Na próxima página, teremos a transcrição de relatos orais de descendentes das últimas gerações de escravizados da região Sudeste do Brasil. Esse trabalho foi realizado por duas historiadoras, Ana Lugão Rios e Hebe Mattos. Os depoimentos são incríveis, justamente, por tentar trazer a visão de autonomia e os caminhos que alguns seguiram no Pós-Abolição.

**Leiam os depoimentos abaixo.
A partir deles vocês deverão
responder algumas questões.**



“Contavam que quando acabou o cativoiro, o dono lá bateu o sino, chamou eles tudo “pra” roda, aí quando eles chegaram no terreirão, gritou: de hoje em diante vocês passam a ser senhor do seu destino, vocês não precisam trabalhar “pra” mim, trabalhem “pra” quem vocês quiserem... E voltou “pra” dentro de casa chorando e eles como bobos ficaram imaginando o que tinha acontecido com o senhor, porque eles não sabiam por que ele chorava. E agora? Como ia ser “pra” alimentar aqueles meninos todos lá? Aí depois ele tornou a explicar, o capataz dele explicou e mandou eles trabalharem. Aí depois foi explicando, explicando, até que eles entenderam que podiam trabalhar para outro. Aí foi trabalhar “pra” fora, ou já começou a entender, aí já veio os filhos e foi indo e já foi saindo “pra” trabalhar “pra” fora.”

(D. Zeferina, RJ, 66 anos, 15/5/1995)

1

“Depois que terminou a escravidão meus pais não ficaram na mesma fazenda. Os escravos foram todos se mudando, foram saindo. No tempo do cativoiro havia muito café aqui, mas os camaradas foram largando os fazendeiros... iam embora, saíam da fazenda, não ficavam mais. E os fazendeiros queriam pagar eles “pra” ficar, mas eles não ficavam. Meu pai trabalhava assim de volante...saía de uma fazenda, trabalhava na outra, não era colono, trabalhava os dias que precisava trabalhar. Quem ficavam na fazenda tinha que continuar na senzala. Ninguém queria. No final, cada um já tinha suas casas na roça. Um tinha uma casa aqui, outro lá. Casas separadas um do outro. Todo mundo tinha uma casa na roça.”

(Seu Julião, RJ, 81 anos, 27/10/1995)

2

“Viveram como escravo até o fim da escravidão, terminaram aí. Depois acabou o cativoiro, ficaram como colono. Meu avô que contava, meu pai, meu pai também alcançou bastante. O meu pai nasceu como ventre-livre, muita coisa.”
[...]

(Benedita, SP, 80 anos, 15/8 e 16/8/1987)

3

O uso de vários depoimentos serve para colocar as possibilidades orquestradas no Pós-Abolição.

Trabalhar com o Pós-Abolição é perceber os diversos caminhos de um processo complexo, que considera os posicionamentos dos sujeitos, seus interesses e diversidades.

➤ **PROPOSTA DE DISCUSSÃO:**

Leitura individual de cada depoimento para identificar ações possíveis no Pós-Abolição;

Indicamos uma discussão coletiva, após a leitura individual, para esclarecimentos de algumas dúvidas por parte dos alunos e, em seguida, sugerir que os alunos respondam as assertivas.

LINK PARA ACESSAR:

Site com informações sobre o trabalho com as fontes orais da atividade.

<http://www.labhoi.uff.br/>

Acesso em 20 de jan. 2020.

“Morar em casa de fazenda é isso aí. Papai brigava com o fazendeiro, ia embora. Carregava tudo que era plantação, bicho, não é Nina? Era muita coisa. Tinha que levantar três horas da madrugada “pra” moer cana. Às vezes tinha Trinta caixas de colheita por semana. Brigava com o fazendeiro, ele arrancava a colheita. Chegava em outro lugar, ele plantar de novo. Até lá em Queimados ele chegou a fazer na Baixada Fluminense ele plantou roça [...]”

(D. Jorgina, RJ, a depoente não informou a idade, 19/9/1994)

4

“Já ia e nesse tempo aí não trabalhava como escravo, pegava talhão de café, cada um pegava seu talhão...quantidade grande. Cada um tinha que dar conta daquilo. Hoje em dia fala empreitada. Aí quando acabava de capinar aquele café todo, os homens chegavam cá embaixo e recebiam aquele dinheiro e ficavam com aquele dinheirinho na mão. Eles também plantavam e colhiam milho, arroz, feijão, mas aí não era “pro” fazendeiro, já era “pra” eles.”

(D. Zeferina, RJ, 66 anos, 15/5/1995)

5

“Cada um ganhou uma coisinha lá e saíram “pra” viver. Um ganhou uma vaca de leite, outro lá ganhou um animal começou a vida assim. O terreno aquele tempo era barato, então eles requeriam os pedacinhos de terra, pequeninhos, que davam para fazer uma casinha para cada um ter. Mas não era dentro da própria fazenda não. Quando a Princesa Isabel gritou a liberdade eles saíram... Só ficaram lá antes de saber que eles eram libertos. Quando foram libertos eles saíram.”

(M.L.F., ES, nascida em 1916, não consta a data da entrevista)

6

Fonte: MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 109. 125.

1. Qual era o sentido de liberdade apresentado no depoimento 1?

2.No depoimento 2, aqueles que continuavam nas áreas se negavam a morar em qual local? Por quê?

3.Ao ler o relato 4, se tivesse algum tipo de “briga”, quais poderiam ser as ações?

4.Nos depoimentos 3, 5 e 6, quais os caminhos percorridos com a autonomia?

5. Agora, contem-nos suas impressões sobre os relatos. E se vocês vivessem naquele período quais dos caminhos seguiriam?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe. (Orgs.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Festas e lutas políticas: das festas do 13 de maio às festas do Quilombo de São José da Serra, RJ, 1888-2011. In: ABREU, Martha; XAVIER, Giovana; MONTEIRO, Livia; BRASIL, ERIC. (orgs.). **Cultura Negra: festas, carnavais e patrimônios negros.** Niterói: Eduff, 2018. pp. 34-37.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O Jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil.** São Paulo: Companhia das letras, 2009. pp.126-129.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado outro no chão.** Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

AVELINO, Camila Barreto Santos. **Novos cidadãos: trajetórias, sociabilidade e trabalho em Sergipe após Abolição (Cotinguiba 1888 – 1910).** Dissertação. Mestrado em História. Universidade do Estado da Bahia. Santo Antônio de Jesus, 2010.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Ensino de História: fundamentos e técnicas.** São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 847 de 11 de outubro de 1890.** Promulga o Código Penal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10 de jan. de 2020.

D'ACELINO, Severo. **Quelóide.** Aracaju: J. Andrade, 2018.

DOMINGUES, Petrônio. “A redempção de nossa raça”: as comemorações da abolição da escravatura no Brasil. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 31, n. 62, 2011, pp. 19-48.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados.** 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FRAGA, Walter. O cotidiano moveido do pós-abolição: ex-escravizados na cidade de Salvador, 1889-1890. In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio dos Santos

(Orgs.). **Políticas da raça:** experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil. São Paulo: Selo Negro edições, 2014. pp. 155-172.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade:** Histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos; DOMINGUES, Petrônio. **Da nitidez e invisibilidade:** legados do pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio:** os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana Lugão. **Memórias do cativo:** família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Práticas e Apropriações na Construção do Urbano na Cidade de Aracaju/SE.** 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) — Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. 144 f.

SILVA, Mauro Costa da. A telegrafia elétrica no Brasil Império – ciência e política na expansão da comunicação. **Revista Brasileira de História da Ciência,** Rio de Janeiro, v. 4, n. 1. p. 49-65, jan/jun. 2011.

SOUZA NETO, Edvaldo Alves de. **Saindo das Senzalas, mas não da História:** libertos em Sergipe no pós-abolição (1888-1900). São Cristóvão: Editora UFS, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e Liberdade.** 50 Textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

2 A IMPRENSA NEGRA

➤ Por que ocorreu a construção da Imprensa Negra?



➤ SOBRE A SEÇÃO

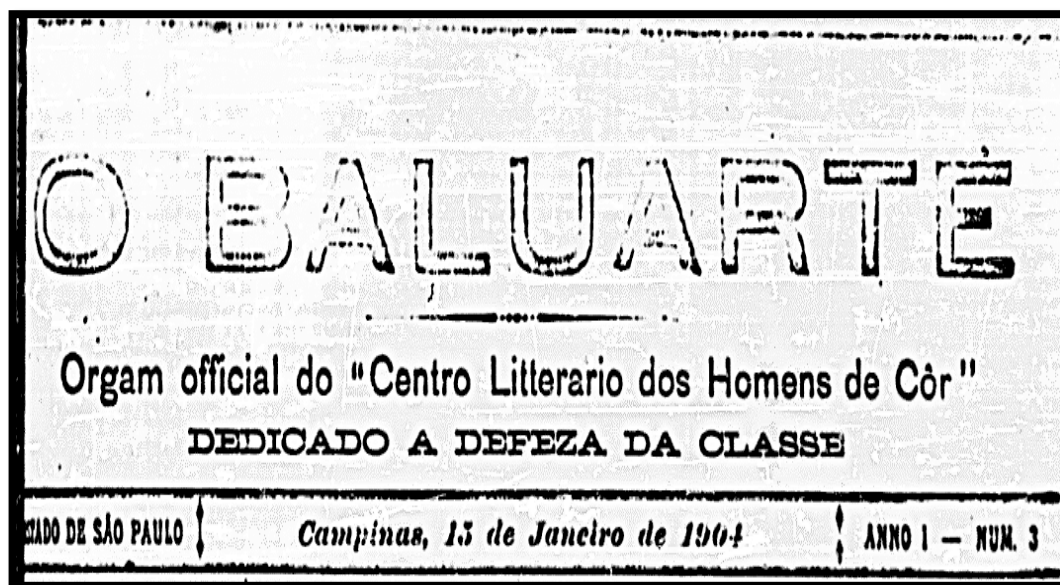
O Segundo tema do nosso caderno propõe falar sobre a Chamada “Imprensa Negra” e está dividido em três partes.

As páginas de introdução contam com questões que nortearão o desenvolvimento do texto como um todo. Para esse caso, o foco será: por que construir uma imprensa negra?

Muito provavelmente os alunos nunca ouviram falar, então, colocamos de início a primeira página do *Jornal o Baluarte* de 1904 (o mais antigo disponível pelo site da fonte) com o objetivo de perceberem a resposta ao analisar a própria fonte na atividade da página seguinte.

Por uma questão de tempo e espaço restringimos nossa análise à chamada Primeira República, mas a imprensa negra foi formulada mesmo antes da Abolição.

Fonte: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/o-baluarte/482-2/> . Acesso em: 18 de nov. 2019.



A) Qual o título e subtítulo do impresso?

B) Quando e onde foi publicado?

C) O que a denominação do jornal nos revela sobre o objetivo da publicação?

O símbolo **ZOOM** é usado para ampliar a fonte jornalística que iremos trabalhar na atividade Hora da Ação e Desafios da História (p. 44).

Hora da Ação

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO:

- Solicitar que os alunos olhem e leiam detalhadamente os elementos presentes na parte escolhida;
- Orientar os alunos para observar o que seria cada parte textual.

OBJETIVOS:

- Retirar informações básicas da fonte;
- Situar o local e o tempo da produção;
- Construir uma possibilidade de resposta para a pergunta inicial.

NÃO ERA APENAS PAPEL!

Para começo de conversa, quando falamos em imprensa, na contemporaneidade, nos defrontamos com diversos meios de comunicação presentes em nossas vidas: televisão, jornais, revistas e sites, e outros suportes que utilizam a internet para propagar, divulgar e informar. Ela é um veículo que contém informações (notícias) e ideias (presentes nos editoriais e diversos artigos), mas o nosso título se refere a um contexto temporal específico das primeiras décadas da República e, nesse sentido, apresenta pontos específicos para entendermos o protagonismo negro no Pós-Abolição.



Contextualizando e aprendendo significados

“Os jornais, no plano da política, movimentam-se no tempo longo e curto da história. Segundo alguns autores, eles se parecem com os partidos, mas não são. Num país de estrutura partidária frágil ou na ausência de um pluripartidarismo, como foi o caso da Primeira República no Brasil, a imprensa tende a assumir papel semelhante ao dos partidos, chegando a sobrepujá-los.”

Fonte: CAPELATO, Maria Helena Capelato. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virgínia C. (orgs.). **República, Liberalismo, Cidadania**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003. p. 148.

a) Busquem os significados das palavras marcadas.

b) Pesquise quais partidos havia no contexto expresso no texto. Relacione o resultado encontrado com a importância dos jornais na Primeira República.

Primeiro subtítulo do tema.

Iniciamos o texto situando a imprensa no presente, para colocar que, na época trabalhada, a dimensão era diferente, dada a importância dos jornais impressos.

Além disso, contextualizamos o papel dos jornais na Primeira República.

Mais uma proposta de atividade para fundamentar e contextualizar a importância dos jornais no passado.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO:

- Direcionar os alunos na leitura e busca dos significados das palavras, facilitando a compreensão;
- Relacionar com o conteúdo que já foi discutido, pois a ideia é inserir o presente tema ao falarmos da Primeira República;
- É interessante trazer para a discussão o papel da imprensa hoje.

➤ OBJETIVOS:

- Mostrar a importância dos Jornais para o período;
- Ampliar o vocabulário dos alunos.

Naquele período, era muito utilizado o jornal impresso, hoje menos difundido, mas também usado no formato online, o principal veículo de comunicação. Desse modo, quando falamos em imprensa, nos referimos aos diversos periódicos existentes. No entanto, são ‘Os Jornais dos filhos e netos de escravos’ que compõem a imprensa negra.



Perspectiva historiográfica

“Os ex-escravos e seus descendentes foram abandonados a toda ventura [...]. Para mudar esse quadro desfavorável, um grupo de afro-brasileiros fundou o que se denominou ‘imprensa negra’ uma série de jornais alternativos voltados para a luta em defesa dos interesses dos homens de cor.”

Fonte: DOMINGUES, Petrônio José. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p.20.

Na percepção do autor, qual a definição de imprensa negra?

Atividade desenvolvida para os alunos. Por meio de trabalhos dos historiadores do tema, retirar e internalizar o prisma defendido.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO

Leitura pelos alunos e construção da definição de Imprensa Negra.

UM PEDAÇO DA HISTÓRIA

Com o fortuito da abolição, a liberdade não sinalizou aos novos cidadãos a integração à nação. Percebemos que o advento de teorias raciais na análise da possibilidade do Brasil República excluiu os negros em diversos setores. Na área urbana, tiveram a presença do imigrante uma concorrência desigual, pois estes não estavam fadados ao atraso.

Segundo subtítulo.

Restringimos nossa análise a Primeira República, mas nada impede de você professor, assim ache oportuno e viável expandir a abordagem.

As ideias deterministas, o evolucionismo e darwinismo social se estabeleceram nos circuitos intelectuais para produção de uma nacionalidade, na qual o negro se tornou um entrave. Além disso, saímos do eixo econômico do Nordeste açucareiro em direção à cultura cafeeira do Sudeste, onde a utilização da mão de obra imigrante foi valorizada. O imigrante teve a função de desenvolver a nação no sentido econômico e cultural, pois seria responsável pela proliferação dos valores “civilizados”.

Ideal defendido por intelectuais brasileiros, segundo o qual a população brasileira ao receber imigrantes brancos europeus, iria “branquear”, pois a “raça branca” era superior à negra. O pensamento teve o aval do Estado republicano, que incentivou a política imigratória europeia.

← A teoria do branqueamento se revelou como solução para alguns pensadores frente à noção de fracasso de um país formado por negros e à pontuação da miscigenação como característica degenerada.

Diante do entrave, como solução, foi desenvolvida uma política imigratória pelo Estado. As condições para a população negra não foram mais fáceis, pois sofreram com o processo de exclusão na principal área de recebimento desses imigrantes, São Paulo, durante a Primeira República.

Com isso, aos negros foram observadas restrições para exercer determinadas atividades e frequentar espaços públicos que se estabeleceram de uso da população branca. Os problemas cotidianos não foram questionados tanto na grande imprensa quanto na imprensa operária.

Nesse contexto, os negros buscaram na criação da “Imprensa Negra” e de diversas associações meios para resistir e modificar as condições impostas. Os jornais em circulação no “meio negro” colocavam os entraves de atitudes “inadequadas” que fortaleciam a imagem negativa construída por uma sociedade racista, informavam sobre movimentações e organizações de eventos e transmitiam ideias e articulações no Brasil e em outras nações cujo povo negro lutava para superar o racismo diário.

Para aprofundar sobre a questão do ideal de Branqueamento, indicamos dois livros citados na referência: O Espetáculo das Raças e Preto no Branco.

Para trabalhar com os alunos, mais uma vez, o estudo de Fábio Batista Pereira serve de complemento, pois a abordagem é destinada aos alunos:

LINK PARA ACESSAR:

https://www.ufrb.edu.br/mphistoria/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Turma_2014/F%C3%A1bio_Batista/C_continuacao_11.pdf
Acesso em 20 novembro de 2019.

NOTICIAR SIM! LUTAR TAMBÉM!

A produção jornalística foi diversa e não se restringiu a São Paulo. Outros Estados, como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul tiveram a presença de uma elite negra, que se preocupou em construir essas fontes impressas. Contudo, vamos centrar nossos estudos na imprensa negra paulista entre 1889-1930.

Os pesquisadores elaboraram diversas periodizações para a imprensa negra, mas para esse recorte de tempo apresentaremos a divisão em dois períodos: Primeira fase (1889-1923), caracterizada por um discurso mais defensivo e menos crítico sobre a questão do racismo, e a Segunda fase (1923-1930), inaugurada com o jornal *Getulino* (1923-1926) no qual é observado um discurso que denunciava de forma aberta e combativa a discriminação racial.

Quem seriam essas pessoas que estiveram à frente da luta? Temos duas posições que se complementam. Uma, que intitula esse grupo de “elite negra”, e outra, que o chama de “esfera pública letrada afrodescendente”.

O termo elite não significa um grupo social composto por pessoas com altos padrões econômicos dentro da sociedade. Não pensem que eles eram necessariamente ricos ou qualquer coisa do tipo, mas eram letrados ou tinham uma postura social valorizada por seus pares. “Elite negra” agregava três sentidos: político, educacional ou cultural e ideológico. Além disso, não era o grupo majoritário no meio negro, contudo, se apresentava como porta-voz deste.

Pensando nisso, é importante que vocês saibam que havia outro grupo que não era representado, a massa negra, disposto a negar os valores considerados civilizados para a época, mas construindo sua História e resistindo pela permanência de valores culturais independentes do modelo branco.

Essa separação não pode ser vista como negativa, todavia compreendida dentro da complexidade de sentidos que foram dados no Pós-Abolição por esses brasileiros. Os jornais expressam uma forma de

Para compreender a questão dos jornais e das associações como forma de luta, indicamos a leitura do verbete: Associativismo Negro, presente no Dicionário da Escravidão

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. 50 Textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Bibliografia especializada:

A imprensa negra é objeto de estudo há muitos anos, principalmente, o caso paulista. Assim, no próprio site que disponibiliza os jornais, observamos uma lista das produções.

LINK PARA ACESSAR:

<http://biton.uspnet.usp.br/impresnanegra/index.php/bibliografia/>

Acesso em 20 novembro de 2019.

luta, entre várias desenvolvidas. Como fonte histórica, serve para entender os ideais, valores e ações de um segmento da população negra paulista. Vários historiadores buscaram compreender quais os temas recorrentes, como eram veiculados e o que eles revelavam sobre o meio negro. Perceberam que tinham o objetivo de estimular, promover a autovalorização, expor sua visão de mundo, formas políticas, culturais e religiosas construídas e organizadas por eles.

Agora, qual era o modelo “ideal” que seria veiculado? Vocês viram que a imprensa surge no contexto das ações do ideal de branqueamento, no qual o valor do homem branco era tido como superior e responsável pelo desenvolvimento das nações civilizadas.

Como parte da população agiu diante do processo de marginalização e exclusão? Reelaborou esse pensamento que não foi excluído, mas usado para mostrar que o negro teria o mesmo valor ao se comportar de maneira igual. Eles não negaram sua identidade negra, pelo contrário, defenderam-se e denunciaram o racismo que viviam.



Perspectiva historiográfica

“A percepção da diferença entre os ‘irmãos negros’ pertencentes a esses grupos passava igualmente pela elaboração de determinados códigos comportamentais. Paradoxalmente foram eles que produziram, ao mesmo tempo, a diferença e igualdade entre os negros e brancos. No plano da diferença, percebe-se o evidente caráter reativo de tais ambientes. Mas o que seria apenas reação não estava isento de elementos de invenção de alternativas e estratégia de sobrevivência. Foi uma constante nos jornais a denúncia da existência de ‘preconceito de cor’ em determinados salões e bailes das da cidade.”

Fonte: GOMES, Flávio. **Negros e Política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 38.

O que o autor defende sobre o uso de atitudes e comportamentos análogos aos brancos?

Atividade desenvolvida para os alunos, por meio de trabalhos dos historiadores do tema, para compreender e internalizar o prisma defendido.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO:

Leitura pelos alunos para compreender que a utilização dos valores “civilizatórios europeus” não significava simplesmente a negação da “identidade negra”, mas foi uma estratégia de luta que também serviu para combater o racismo.

Quando abrimos um jornal hoje, o que temos nele? Uma multiplicidade de elementos. E no caso da “Imprensa Negra”, como os jornais eram?

Os jornais possuíam de 4 a 18 páginas, organizadas de forma que a primeira página apresentava o nome, o slogan ou símbolos representativos, lugar, ano e número, nome dos responsáveis, aspectos da assinatura e colunas, que poderiam versar sobre os diversos temas e teriam várias utilidades. Não existiu um padrão na organização, todavia, ao observamos aqueles que tiveram uma maior duração, tinham colunas permanentes e até um espaço dedicado ao mundo das mulheres. As publicações eram diversas, artigos publicados com pseudônimos, poesias, crítica social, posicionamentos políticos, notícias nacionais e internacionais.

Acesse o link e conheça um jornal

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO:

Dependerá da oferta, ou não, de uma sala de informática nas escolas ou do contato que os alunos têm com computador ou outra tecnologia conectada à rede.

A intenção é a aproximação do aluno diretamente com a fonte. Então, cada professor(a) será responsável por decidir qual caminho.

A experiência prática em uma escola sem a tecnologia e com alunos sem computadores e acesso a uma internet de qualidade, fez com que baixássemos exemplares de jornais. Existe essa opção no site e, além disso, levamos impressões das primeiras páginas de vários impressos diferentes. Outra possibilidade é a exposição em um Datashow de um exemplar.

Páginas do jornal “O Clarim da Alvorada”: número I do Ano I de 06 de janeiro de 1924.



Fonte : <http://biton.uspnet.usp.br/imprensaneagra/index.php/o-clarim-da-alvorada/>. Acesso em: 02/12/2019

Quadro 1 – Listagem de jornais existentes para o período

TÍTULOS (ano da 1ª edição)-(último ano encontrado)	LOCALIDADE / FUNDADOR / OCUPAÇÃO
A Pátria (1889) - (0)	Fundado na Capital, pelo tipógrafo abolicionista Ignácio Araújo Lima
O Baluarte (1903-1904)	Fundado em Campinas, por Benedicto Florêncio, jornalista, e Francisco José de Oliveira.
O Propugnador (0)-(1907)	São Paulo – SP
A Pérola (1911-1916)	Fundado na Capital, por Benedito Prestes, funcionário da Cia de Gás.
O Combate (1912)-(0)	Campinas – SP
O Patrocínio (1913)-(0)	Fundado pelo Dr. Olímpio Gentil de Arruda.
O Menelick (1915-1916)	Fundado na Capital, por Deocleciano Nascimento. Na época, fundador e estudante do curso noturno de contabilidade, no Liceu Salesiano.
Binóculo (1915)-(0)	Fundado na Capital, por um grupo de rapazes na Barra Funda, era chefiado por Teófilo de Camargo; alfaiate.
Princeza do Oeste (1915)-(0)	São Paulo – SP
A Rua (1916-1916)	Jornal que existiu no Brás, na Capital; fundado por Domingos José Fernandes.
O Xauter (1916-1916)	Fundado na Capital, por Deoclecio Miné.
A União (1917)-(0)	Campinas-SP
O Alfinete (1918-1921)	Fundado na Capital, por Augusto Euzébio de Oliveira; solicitador.
O Bandeirante (1918-1919)	Fundado na Capital, entre outros, por Antonio dos Santos e Joaquim Cambará, militar do Exército.
A Protetora (1918)-(0)	Campinas-SP
A Liberdade (1919-1920)	Fundado na Capital, por Gastão R. da Silva, fiscal municipal.
A Protectora (1919)-(0)	Campinas-SP
A Sentinela (1920-1920)	Dirigido por Ernesto A. Balthasar, na Capital.
O Kosmos (1920-1920)	Fundado na Capital, sob a chefia de Frederico Batista de Souza, bedel e depois amanuense da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco.
Getulino (1923-1926)	Fundado em Campinas, por Lino Guedes e Gervasio Moraes, jornalistas.
Elite (1923-1924)	Fundado na Capital, por Alfredo E. da Silva, funcionário da Recebedoria de Rendas.
O Tamoio (1923-1923)	Fundado por Alberto Orlando, jornalista e distinto orador da raça.
O Clarim da Alvorada (1924-1940)	Fundado por Jaime de Aguiar, funcionário público estadual, e José Correia Leite, que trabalhava em “serviço de drogaria ou depósito de artigos farmacêuticos”.
Nosso Jornal (1924-1924)	Fundado na Capital, por Teófilo Camargo e Cornélio Aires
Maligno (1924)-(0)	Campinas-SP
A Auriverde (1927-1928)	Fundado na Capital, por João Augusto de Campos.
Tribuna Negra (1928)(0)	São Paulo – SP
O Patrocínio (1928)-(0)	Piracicaba-SP
Progresso (1928-1932)	Fundado na Capital, por Argentino Celso Wanderley, funcionário da Companhia Telefônica.
O Quilombo (1929)-(0)	Fundado na Capital, por Augusto Euzébio de Oliveira

➤ **PROPOSTA DE DISCUSSÃO:**

O uso da tabela com a listagem dos jornais existentes servirá para os alunos atentarem as denominações, o tempo de duração, as pessoas que estavam à frente do processo, sua ocupação e o local de atuação dos jornais.

Na página seguinte as informações serão exploradas por meio de questões subjetivas.

Fonte: DOMINGUES, Petrônio José. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.pp. 33-35. Adaptado pela autora, 2020.

Analizando.....

Para responder, observar o quadro.

1. Quantos jornais fizeram parte da Primeira Fase (1889-1923)? Quais denominações receberam?

2. Quantos jornais fizeram parte da Segunda Fase (1923-1930)? E como foram chamados?

3. Analisando os dados, informe:

a) Quantos jornais duraram até um ano? _____

b) Quantos jornais duraram até dois anos? _____

c) Qual jornal teve o maior tempo de existência? _____

4. Cite no mínimo cinco ocupações dos fundadores. O que elas têm em comum?

5. Com as respostas da questão 4 e as informações do texto anterior ao quadro, qual a definição de “elite negra”? Podemos dizer que ela era composta de ricos ou de classe intermediária?

6. Qual título de jornal chamou mais sua atenção? Por que? Pesquise sobre ele ou outros do seu interesse.

➤ **PROPOSTA DE DISCUSSÃO:**

Atividade para analisar as informações contidas na tabela e relacionar com a abordagem do conteúdo das páginas 38-40.


OBJETIVOS:

- Quantificar os jornais por fase;
- Observar as variações da duração da triagem;
- Compreender os sentidos que as denominações podem revelar;
- Perceber quem fazia parte da chamada “Elite Negra”.

As informações presentes no quadro não informam todos os jornais existentes, mas mostram algumas características deles, como: a denominação, o tempo e o local de atuação, os fundadores e suas profissões.

Nos elementos de organização dos jornais, como triagem, duração, distribuição, editoração e objetivos, é perceptível a diversidade que eles apresentaram. No geral, podemos informar algumas características importantes: triagem pequena, falta regularidade (semanais, quinzenais ou mensais), curto período de existência, distribuição nas associações, bailes e eventos ou na casa do próprio editor, proximidade da relação editor/leitor, pois era feito por negros para os próprios negros, instrumento de Educação e formação, instrumento de comunicação para intelectuais, grupos, associações e entidades negras e predomínio do masculino.

O interessante é que muitos jornais nasceram vinculados a diversas sociedades: dançantes, clubes recreativos e associações beneficentes. Assim, funcionavam como espaços de divulgação dos eventos (palestras, reuniões, bailes e festas). E, era por meio delas que as despesas eram financiadas, além dos valores pagos pelos assinantes ou contribuições voluntárias.



DESAFIOS DA HISTÓRIA

TRANSCRIÇÃO

➔

A PRÁTICA

EXPEDIENTE

Redactor Chefe - Benedicto Florêncio

Redactor Gerente - Prof. Francisco José de Oliveira.

(Não legível)

Redação e Administração
Colégio de S. Benedicto
Rua General Carneiro n. 153
CAMPINAS
(Não legível)

Toda correspondência relativa a administração e cartas com valores. (Não legível) dirigida ao redactor gerente na sede da administração.

Redação somente se responsabiliza pelos artigos que forem publicados sem assignaturas.

(Não legível)

ASSIGNATURAS

Anno 6\$000
Semestre 4\$000
Trimestre 2\$000

1. Quem era o Redactor Chefe e o Redactor gerente?

2. Pesquise a relação deles com a sede da administração.

3. Quais eram as formas de assinaturas?

➤ **PROPOSTA DE DISCUSSÃO:**

Retiramos um trecho específico do jornal e realizamos a transcrição para os alunos perceberem uma das atividades dos historiadores: a transcrição da fonte. O foco não é a transcrição, mas a exploração do que está transcrito.

OBJETIVOS:

- Mostrar uma parte do trabalho do historiador;
- Explorar as informações para os alunos notarem o local da sede dos jornais e uma das formas de conseguir



Contextualizando e aprendendo significados

Através das páginas desses jornais noticiavam-se festas, competições esportivas, bailes, casamentos, aniversários, falecimentos, homenagens, cerimônias religiosas e outros eventos ligados ao cotidiano dos negros na cidade, além de conselhos de etiqueta, dos anúncios publicitários dirigidos à comunidade negra e das biografias dos principais personagens daquela comunidade na história. Aliás, a construção de heróis negros era uma preocupação permanente desses periódicos. Luiz Gama era figura mais exaltada, seguido pelos abolicionistas José do Patrocínio e André Rebouças, pelo militar Henrique Dias e pelo escritor Cruz e Sousa. Contraditoriamente, a mitificação história da elite política branca também era recorrente. É possível encontrar em praticamente todos os números dos jornais o progresso e O clarim da alvorada pelo menos um artigo ou nota ressaltando as supostas virtudes do visconde de Rio Branco, a generosidade de D. Pedro II, a coragem de José Bonifácio – descrito como o patriarca da Independência – e elogios à princesa Isabel, considerada a ‘redentora’ da raça negra. ”

Fonte: DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac São Paulo, 2004. p. 343.

a) Busquem os significados das palavras marcadas.

b) Qual a relação da origem dos jornais com o que se noticiava?

c) Quais heróis negros foram exaltados? Pesquisem sobre eles e informe os motivos da escolha?

d) Por que a escolha da elite política branca seria contraditória? E quais outros sujeitos históricos negros não foram referenciados, mas são lembrados hoje?

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO:

Atividade para contextualizar o que se noticiava nos jornais e a relação desta questão com a própria origem dos jornais.

OBJETIVOS:

- Apresentar quais eram os tipos de notícias;
- Mostrar que muitos jornais estavam vinculados às associações;
- Expor quem era referenciado como exemplo para parte da comunidade negra;
- Observar como as influências do passado foram ressignificadas.

Além dos espaços de celebrações, por meio dos diversos artigos foi possível aprender sobre os posicionamentos desse segmento sobre temas complexos ligados sobre o ponto de vista dos negros. Então quais temas são possíveis? Dois historiadores, Antônio Liberac Cardoso de Simões Pires(2005) e Petrônio Domingues (2008) pontuaram alguns: as ideologias políticas - Monarquia ou República, o racismo e aspectos das ideologias raciais: como o mito da harmonia racial, estratégias contra o racismo, os caminhos da ascensão social: pátria, família educação e trabalho, movimento antiimigracionista, relações internacionais, e a própria identidade negra.

Observe as notícias retratadas abaixo e indique, da lista citada acima, a qual tema pertence:



“O estado lamentável em que jazem os homens de cor no brasil, oprimidos de um lado pelas ideias escravocratas, que de todo não desapareceram do nosso meio social, e de outro, pela nefasta ignorância em que vegetam este elemento da raça brasileira inconsciente da sua humildade(...) a ignorância e a fraternização dos povos preconizados pelos princípios de 89 na França e que a República implantou como símbolo de nossa democracia, com relação aos negros é uma ficção , é uma mentira que até então não foram postas em prática(...)A raça branca opulenta, como é, exercendo seu poderio revoltante compele a preta a viver em eterna inferioridade.”

Oliveira A, de. Homens de cor. O Alfinete São Paulo, 12 de outubro de 1918, p. 1.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. Associações de Homens de cor: imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1935). In: SALGUEIRO. Maria Aparecida (Org.). **A República e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p.75.

“Quando fundamos O Alfinete tínhamos em vista, estimular os nossos homens de cor, inveterados aos vícios, de vontade enfraquecida e de caracteres enervados, ao ressurgimento moral deles, da família e da pátria.”

Oliveira A, de. O Alfinete São Paulo, 12 de outubro de 1918, p. 1.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. Associações de Homens de cor: imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1935). In: SALGUEIRO. Maria Aparecida (Org.). **A República e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p.81.

“Marcus Garvey (Presidente da Associação Universal para o levantamento da raça negra) é o ilustre Jamaicano, que pretende fundar um Império na África, para a raça negra, a sua divisa é esta: ‘a África para os africanos’” (O Clarim da Alvorada, São Paulo 28 set. 1930, p.4)

DOMINGUES, Petrônio José. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008. p.46.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO:

Trabalhamos com trechos de jornais colocados nas obras que constam nas referências para aproximar o aluno das diversas temáticas que estavam presentes nos impressos. Deixaremos a critério dos docentes a ampliação, com mais exemplos de notícias, ao pesquisarem os jornais.

OBJETIVO:

- Relacionar o que está escrito ao parágrafo que antecede a atividade.

Antes de um *stand by* em nossa história, vamos conhecer quem estava à frente dessa jornada. Essa modalidade de imprensa envolvia um grupo variado de pessoas. Elas se destacavam pela função, tempo de contribuição, artigos publicados e contribuições financeiras para a manutenção dos periódicos.

Tivemos vários nomes: Abílio Rodrigues, Benedito Vianna, Benedicto de Oliveira Paula, Deocleciano Nascimento, Frederico Batista de Souza, Gastão Rodrigues da Silva Gentil Marcondes, Joaquim Cambará, Joaquim Domingues, Marcos dos Santos e Pedro Chirico. Além desses, acrescentemos: José Correia Leite, Jaime Aguiar, Celso Wanderley, Lino Guedes, Salatiel Campos Vicente Ferreira Palmerino, Gervásio de Moraes, Raul Joviano do Amaral e tantos outros que lutaram e custearam esse projeto de superação do racismo e modificação social.

Como vocês podem perceber, a predominância era da figura masculina, mas em um quantitativo menor as mulheres participaram. A estudiosa Regina Pinto contabilizou entre os anos de 1907 e 1937 que de 244 colaboradores, 17 eram figuras femininas. No entanto, no cargo de chefia foi observada uma na função de redatora para um jornal publicado em 1935, apesar de extrapolar nossa limitação de tempo, é significativo pontuá-la. Com o nome de Eunice de Paula, no contato com as duas edições do Jornal Clarim de 1935, disponibilizada no site indicado para a consulta dos impressos digitalizados, verificamos que, antes de ser redatora, ela exerceu a função de secretária como atesta a página 3 do número 2 do ano 1.

Esse episódio não se encerra em 1930, pois a imprensa negra foi atuante até 1963 e retomada em 1970. Para a historiadora Mirian Nicolau Ferrara (1985, p.205) “com características diferentes dos jornais das décadas anteriores, por se tratar de outro momento histórico [...]”. Por isso, incentivamos a busca por outras etapas de processo. Até mesmo pensar e investigar se em sua cidade, estado ou região existiu esse tipo de imprensa, se a encontramos no presente ou não. Vamos lá! Não pintou uma curiosidade? Então! Se ocorreu, quais suas características?

Na presente página, tentamos colocar os nomes das pessoas envolvidas atentando para a presença de homens e mulheres.

Além disso, o último parágrafo deixamos claro que a história não se encerra. Por isso, caberia aos professores planejar como ampliar a discussão em suas turmas.

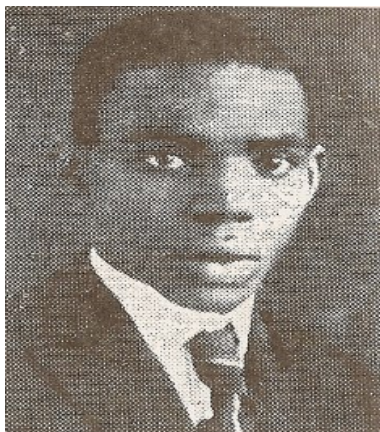
O trabalho de MACHADO, Carolina Viana. **O pós-abolição nas aulas de História: uma análise do papel social atribuído aos negros na História ensinada.** Rio de Janeiro, 2016. 98 f. (Dissertação) Mestrado Profissional em Ensino de História, apresenta outra forma de abordar a Imprensa Negra na sala de aula.

LINK PARA ACESSAR:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/174583>

Acesso em 20 novembro de 2019.

Novos Horizontes: biografar



Lino Guedes

Nascido na cidade de Socorro/São Paulo, em 24 de junho de 1897, faleceu no dia 4 de março de 1951. Conhecido como o “medianeiro da literatura negra”, sendo o primeiro escritor negro do século XX a expressar sua identidade racial nas produções. Filho de ex-escravizados, estudou na cidade de Campinas, onde, em 1915, teve início a sua carreira de jornalista.

Lino Guedes trabalhou em diversos jornais tanto em Campinas quanto na cidade de São Paulo. Atuou na “imprensa negra” como fundador e editor-chefe do Jornal *Getulino* (1923), dirigente do *Maligno*, em 1924, ambos em Campinas e editor-chefe do *Progresso* (1928). Iniciou sua carreira de escritor em 1926 com o livro *Black* e realizou outras publicações: *O canto do cisne preto* (1927), *Ressurreição Negra* (1930), *Negro preto cor da noite* (1936), *Urucungo* (1936), *Ristre Domingos* (1937) e *O pequeno bandeirante: sorrisos do cativo* (1938). Além disso, participou da Sociedade Paulista de Escritores.

Sua obra é caracterizada pelo discurso poético em benefício do negro. Defendia a adoção de um novo comportamento, valorizava a família, o trabalho e a educação, enaltecia a beleza da mulher negra e considerava apenas o casamento dentro do mesmo grupo étnico como princípio básico da família negra.

Fonte do texto: DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada:** negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac São Paulo, 2004. pp. 365-369.

Fonte da Imagem: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autores/642-lino-guedes>. Acesso em 15 de nov. 2019.

O título coloca uma das perspectivas de estudo de quem trabalha com o Pós-Abolição: a elaboração de biografias como forma de expor o protagonismo.

Dessa forma, construímos o exemplo de uma biografia para propor, na página seguinte, uma construção biográfica por parte dos alunos.

No mestrado profissional em Ensino de História dois trabalhos centraram seus estudos sobre a questão do uso de biografias no ensino de História, se for de interesse aprofundar sobre a temática. Para conhecer os trabalhos, segue link abaixo:

LINK PARA ACESSAR:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432146/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.JeronimoCisneirosvers%C3%A3oSecretariadoMestrado%20pdf.pdf>

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/432146/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o.JeronimoCisneirosvers%C3%A3oSecretariadoMestrado%20pdf.pdf>

Acesso em 20 novembro de 2019.

Agora é a sua vez.....



Fotografia

Nome

Fonte da Pesquisa:

OBJETIVOS:

- Construir uma biografia de sujeitos envolvidos com a imprensa negra;
- Socializar a produção entre os alunos ou a comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe. (Orgs.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988).** Bauru, SP: EDUSC, 1998.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Ensino de História: fundamentos e técnicas.** São Paulo: Cortez, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Capelato. Imprensa na República: uma instituição pública e privada. In: SILVA, Fernando teixeira da; NAXARA, Márcia R. Capelari; CAMILOTTI, Virgínia C. (orgs.). **República, Liberalismo, Cidadania.** Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003. pp. 139-150.

DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição.** São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

DOMINGUES, Petrônio José. **A nova abolição.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

FERRARA, Miriam Nicolau. A imprensa negra paulista (1915/1963). **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v.5, n. 10, março/agosto 1985. p. 197-207.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados.** 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

GOMES, Flávio. **Negros e Política (1888-1937).** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LUCINDO, Willian Robson Soares. **Educação no pós-Abolição: um estudo sobre as propostas educacionais de afrodescendentes (São Paulo/1918-1931).** 2010. F. 108 dissertações (Mestrado em História – Área: História do Tempo Presente) – Universidade do Estado de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2010.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. Associações de Homens de cor: imprensa negra, movimentos negros e ideologias sociais (1915-1935). In: SALGUEIRO, Maria Aparecida (Org.). **A República e a questão do negro no Brasil.** Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 69-89.

SALGUEIRO, Maria Aparecida (Org.). **A República e a questão do negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. 7.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. 50 Textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

3 REMANESCENTES QUILOMBOLAS EM SERGIPE

➤ Você conhece alguma Comunidade Quilombola do seu Estado?

Imagem 1: Comunidade Mocambo, em Porto da Folha — Foto: TV Sergipe



Fonte: Disponível em: < <https://gshow.globo.com/TV-Sergipe/giro-sergipe/noticia/comunidades-quilombolas-e-o-tema-do-giro-sergipe-deste-sabado.ghtml> > Acesso em: 22 de dez.2019.

Trechos da composição de um Samba de Pareia de D. Nadir, quilombola da comunidade Mussuca Laranjeiras/SE.

“A Mussuca é um quilombo
Eu nasci e me criei aqui.
O cadê o samba?
Olha ele aí. [...]
O Samba de Pareia
Foi no Tempo da escravidão
Onde os escravos sambavam
Na noite de São João [...]”.

➤ SOBRE A SEÇÃO

O terceiro tema do nosso caderno será *As comunidades Remanescentes Quilombolas em Sergipe*.

As páginas de introdução contam com questões que nortearão o desenvolvimento do texto como um todo. Para esse caso, o foco será: você conhece alguma comunidade Quilombola do seu Estado?

O primeiro subtítulo buscará a apresentação da definição construída na Constituição de 1988, mas recorreremos ao entendimento do Quilombo, não como algo restrito ao período da escravidão.

Os três últimos títulos envolverão aspectos das comunidades do estado de Sergipe.



Para responder, observe a imagem e leia o trecho do samba:

A) Quais as localidades a que a imagem e o trecho do samba de pareia estão vinculados? O que elas são?

B) A partir do Samba de Dona Nadir, a qual passado se refere?

C) Você já ouviu falar nessas comunidades, sim ou não? Conhece outras? Em caso afirmativo, o quê? Pesquise mais sobre a existência de comunidades quilombolas em Sergipe.

Hora da Ação atividade introdutória do problema.

➤ **PROPOSTA DE DISCUSSÃO:**

Ao questionarmos os alunos sobre a presença das comunidades no estado de Sergipe, sondaremos, inicialmente, se há a inviabilização na área de atuação docente.

Assim, caso se verifique o desconhecimento da presença, por parte dos alunos, a imagem e o texto da página introdutória deverão ser explorados para aproximar a questão

OBJETIVOS:

- Conhecer o grau de familiaridade por parte dos alunos sobre a temática;
- Mostrar a presença de comunidades quilombolas a partir de dois exemplos;
- Aproximar os alunos do tema por meio de uma pesquisa.

O QUE SÃO?

Caros alunos, quando falamos em remanescentes quilombolas em Sergipe, vamos nos ocupar de uma definição que foi instituída oficialmente pela Constituição brasileira de 1988. É nela que encontramos, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), a seguinte conceituação: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos, que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Para o historiador Flávio Gomes dos Santos o termo seria uma definição ampla e com o objetivo prático por reconhecer os direitos sobre a posse da terra e da cidadania.

Então, o que seria uma comunidade de remanescentes quilombolas? Para entender a proposição teremos que recorrer a outra definição, em um contexto diferente do Pós-Abolição, o de **Quilombo**.

Vocês sabem que o Brasil explorou a mão de obra de africanos por meio da escravização. Assim, ao chegar em nosso território, os africanos escravizados e, posteriormente, seus descendentes elaboram várias pautas de reação e resistência. Entre elas estão os chamados quilombos/mocambos.

O quilombo foi uma das formas de resistência durante o período da escravização. Nas várias regiões da América as comunidades de fugitivos se formaram e tiveram várias denominações: *cumbes*, na Venezuela; *palenques*, na Colômbia; *maroons*, na Jamaica, no Caribe inglês e no Sul dos EUA; e no Haiti e no Caribe francês, o termo era *marronage*. No Brasil, eram conhecidos como "mocambos", inicialmente, e, depois foram denominados quilombos".

Longe de ter um padrão na organização e atuação, os quilombos foram diversos em forma, ações e meios de existência. No caso do Brasil os quilombos se formaram nos campos, mas também nas áreas urbanas. E não eram compostos apenas por africanos escravizados e seus descendentes. A definição é muito mais complicada. Não pensem que podemos falar em quilombo só antes do 13 de maio.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO:

O primeiro momento para abordar o conteúdo do tema será destinado a compreender o conceito de remanescente quilombola aliado à ideia de Quilombo, não apenas como uma “comunidade de fugitivos

Existiram vários tipos: aqueles formados por pequenas comunidades (dezenas de pessoas), outros que tiveram comunidades maiores (com mais de mil habitantes) e os formados por pequenos grupos de pessoas, que se mudavam constantemente. Em relação às atividades, eles poderiam ser agrícolas, extrativistas, mineradores, pastores, de serviços – que saíam para trabalhar nos centros urbanos, e os predatórios, que viviam de saques.

Longe de viverem isolados, os quilombolas ou mocambeiros, nome dos habitantes dos quilombos/mocambos, desenvolveram redes de comunicação com escravizados da senzala ou das cidades, comerciantes, trabalhadores livres, sitiante. Tudo para resistir e poderem realizar compras e trocas ou vendas dos produtos que plantavam e colhiam, dos objetos que produziam e das criações dos diversos animais.

No caso de Sergipe, a forma majoritária de existência de quilombos foi por meio da formação de pequenos grupos. Tínhamos três áreas de atuação: a do Rio Real, a do Rio São Francisco e as das matas de Itabaiana. Muitas vezes, os quilombos localizavam-se perto dos núcleos urbanos da Zona da Mata. Nesse caso, os quilombolas viviam dos assaltos às estradas, tinham uma rede de informantes e usavam a tática da guerrilha, de se esconder na mata para se defender ou atacar. Uma das grandes lideranças de Sergipe foi João Mulungu, que nasceu em Itabaiana e depois que fugiu do cativeiro se tornou um conhecido e temido quilombola.

O processo de formação de quilombos dos mais variados tipos foi uma constante durante a escravização e quando seu fim estava próximo, as fugas e, conseqüentemente, a formação de quilombos se intensificaram. Apesar do término da escravização, os quilombos continuaram a se formar. Não podemos entender o quilombo como algo ligado apenas ao passado escravagista, pois por essa lógica vocês poderiam pensar que se acabou a escravização, em 13 de maio de 1888, então não teríamos mais quilombos, pois o que o fez surgir foi justamente as fugas do cativeiro. Pois bem! Não é tão simples assim. Podemos dizer que, mesmo com esse fato, o processo de formação de quilombos não acabou, mas ganhou

contornos mais complexos. As mudanças formariam um campesinato formado por famílias negras, organizadas por parentesco, culturas ancestrais e uso comum do território. Essas características formam uma das dimensões dos remanescentes quilombolas no presente.

Além das novas formações nas áreas rurais, as áreas urbanas também passaram por esse processo. Um exemplo da formação desse tipo em Sergipe, depois da Abolição, é o caso da Comunidade Maloca, já certificada, e segundo quilombo urbano reconhecido, situado no Bairro Getúlio Vargas em Aracaju.



Perspectiva historiográfica

“O que aconteceu com os quilombos depois de 1888 com o fim da escravidão? Com sua extinção não havia mais escravos e, portanto, fugitivos. Mas os quilombos e mocambos continuaram a se reproduzir mesmo com o fim da escravidão. Eles nunca desapareceram, porém não os encontramos mais na documentação de polícia e nas denúncias dos jornais. Os vários quilombos – já eram verdadeiras micro comunidades camponesas – continuaram se reproduzindo, migrando, desaparecendo, emergindo e se dissolvendo no emaranhado das formas camponesas do Brasil de norte a sul. Há quem diga que parte da população de Canudos – movimento milenarista da Bahia que foi destruído em 1897 - era de fugitivos da escravidão e também de libertos do 13 de maio de 1888.

No século XX, os quilombos ficaram em parte invisíveis e em parte estigmatizados, O processo de invisibilidade data desde a escravidão [...]. No pós-abolição, o processo de invisibilidade foi gerado pelas políticas públicas ou a falta delas que não enxergavam em recenseamentos populacionais e censos agrícolas centenas de povoados, comunidades, bairros, sítios e vilas de populações negras, mestiças, indígenas, ribeirinhas, pastoris, extrativistas etc.[...].”

Fonte: GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil. São Paulo: Claro Enigma, 2015. p.120.

O que aconteceu com os quilombos com o fim da escravidão?

A atividade revela a perspectiva historiográfica sobre os Quilombos não ligados, exclusivamente, à escravidão.

OBJETIVO:

- Expor a ideia da formação de quilombos no Pós-Abolição.

NÃO BASTA ESTAR NA LEI!

Retomando a definição estabelecida na constituição de 1988, ela foi responsável por garantir o direito de reconhecimento para legalização do acesso à terra. No entanto, a normatização ou as regras e etapas para concretizá-lo não ficaram bem definidas na lei maior do nosso país. Assim, outros instrumentos legais foram elaborados e publicados: o decreto 3.912/2001 e o decreto 4.887/03. O primeiro gerou um impasse judicial que dificultou a regularização do processo, sendo revogado com a publicação do último.

O referido decreto foi instituído no Governo do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003 e, é por meio dele que se “Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” (Brasil, 2003). Finalmente, a legislação deixava claro como seria e quem estaria à frente dos roteiros que garantem o direito constitucional. Pensem na burocracia! São vários documentos produzidos. Vejam qual o caminho deve ser percorrido. A luta é grande e nem sempre a vitória é certa.

As etapas são, a partir de então, organizadas por meio da:

- ◆ Identificação;
- ◆ Reconhecimento;
- ◆ Delimitação;
- ◆ Demarcação;
- ◆ Titulação;

O processo de execução da tarefa acima pode envolver vários órgãos estatais e as diferentes esferas (federal, estadual e municipal), mas são dois órgãos que ficaram responsáveis pelo andamento das etapas: A Fundação Cultural Palmares e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Após toda essa peleja, a primeira questão é a identificação. Esse processo depende de um processo de autorreconhecimento e autodefinição

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO

No segundo título do tema mostraremos o percurso para a certificação e titulação das comunidades quilombolas. A proposta servirá para abordar as dificuldades do processo e alguns empecilhos que travam os processos.

da comunidade, onde o território está localizado, ou seja, são as próprias pessoas que se definem como tal. Depois que os grupos se reconhecem, é preciso encaminhar à Fundação Palmares os documentos necessários para a certificação e abertura do processo, o que pode ser realizado por qualquer interessado ou por entidades e associações representativas de quilombolas ou pelo próprio INCRA.

◆ O que cabe A Fundação Cultural Palmares?

A emissão da Certidão da comunidade como sendo Remanescente de quilombo que se dá por meio da Certificação de Remanescente de Quilombo (CRQ), que é expedida pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Além disso, se a comunidade receber a certificação, a FCP deve auxiliá-la em todas as demais etapas.

A etapa da certificação exige documentações, tais como: ata de assembleia, na qual a comunidade aprova o seu reconhecimento como quilombola e a história da comunidade. Depois disso, não há prazo definido para a emissão da certidão. Então, sem a certidão não é possível passar para as próximas etapas que são realizadas pelo INCRA.

◆ O que cabe ao INCRA?

A elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, que tem como objetivo identificar o território quilombola e a situação fundiária da terra. A comunidade tem direito de participar da etapa de elaboração do estudo e o INCRA também deve notificar mais de sete outros órgãos e a própria Fundação Cultural Palmares. O RTID contém a seguinte documentação: relatório antropológico, levantamento fundiário, planta e memorial descritivo, cadastramento das famílias quilombolas, levantamento da eventual sobreposição a unidades de conservação, a áreas de segurança nacional, faixa de fronteira, terras indígenas, terrenos de marinha, terras públicas federais e terras dos estados e municípios, e parecer conclusivo da área técnica e jurídica sobre a proposta de área a ser titulada.

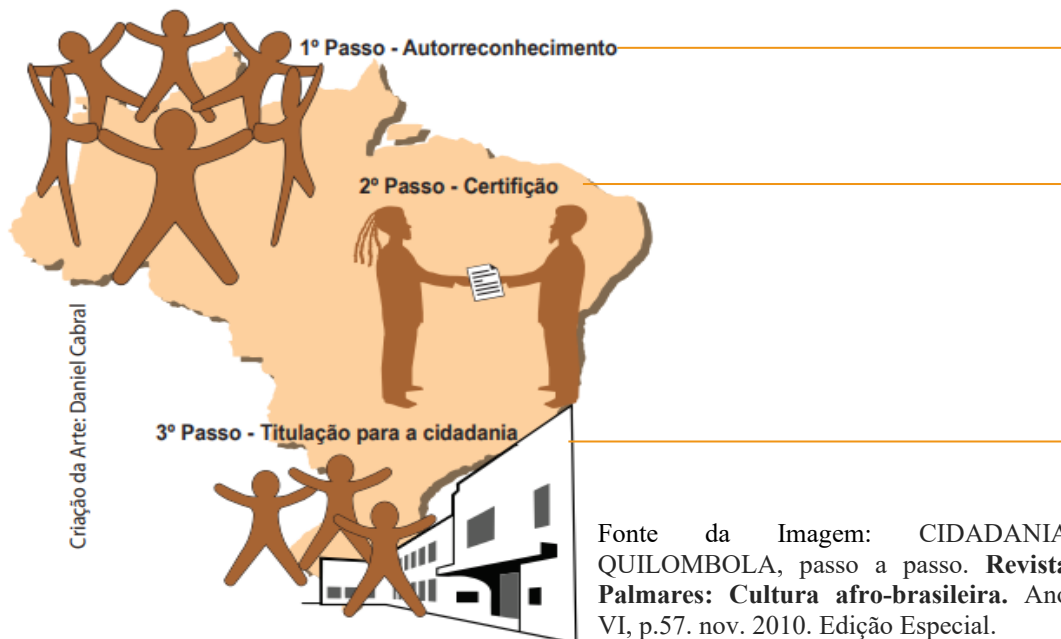
Se não tiver nenhuma contestação e a conclusão for favorável, o Presidente do INCRA faz a publicação de uma portaria reconhecendo e declarando os limites da terra quilombola. O processo não acabou, pois temos a demarcação física, a outorga do título, que é entregue em nome da associação que representa a comunidade ou as comunidades e, por fim, o registro no cartório.

Como vocês podem perceber, o processo não é tão simples. Por isso, muitas comunidades lutam, não apenas pelo reconhecimento, mas também pela titulação. É por meio destas ações que o direito de posse à terra é garantido e outras políticas públicas destinadas aos quilombolas.

Analisando.....



Após a leitura sobre o Direito Constitucional e luta por reconhecimento, escreva quem é responsável por cada passo.



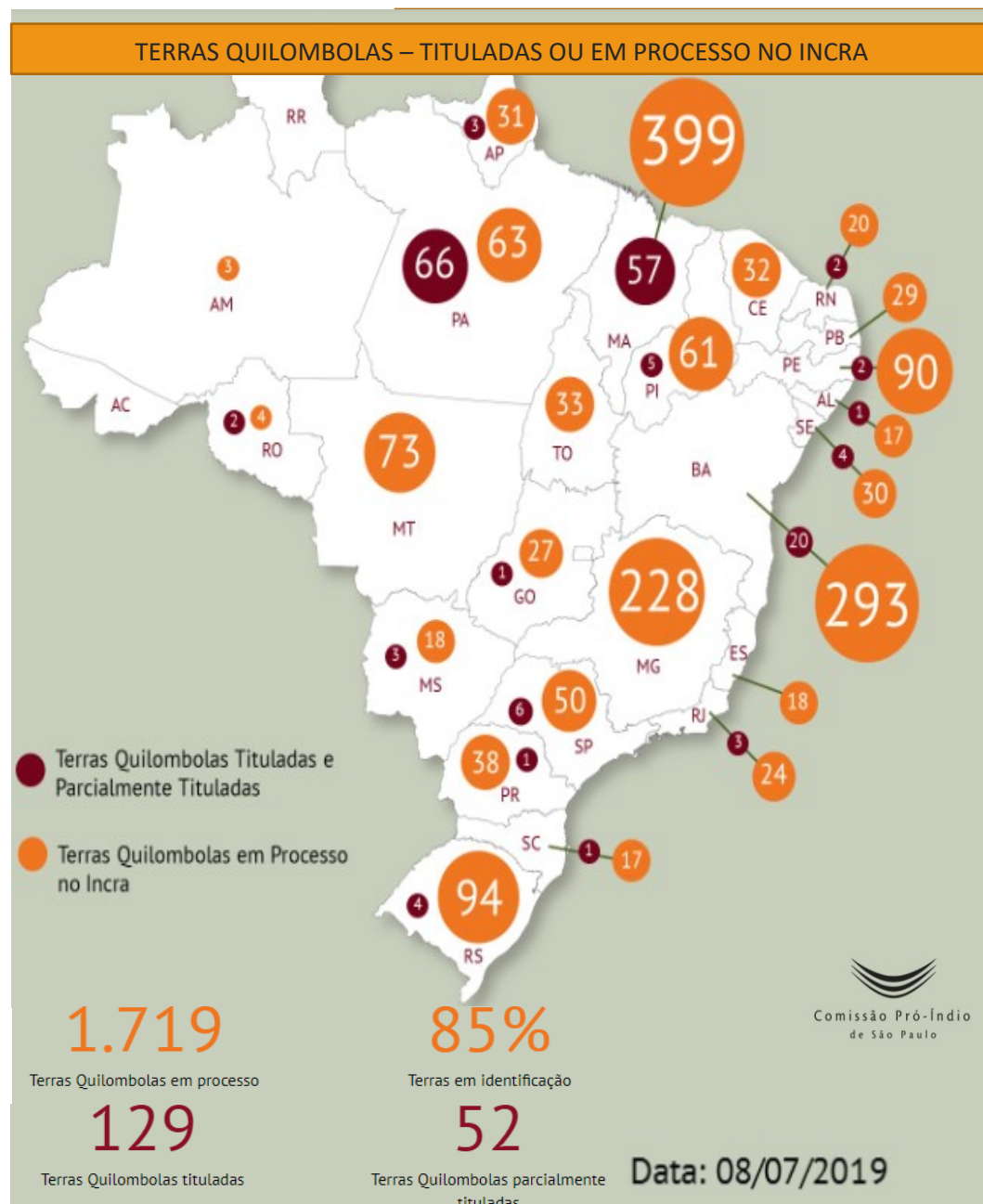
Fonte da Imagem: CIDADANIA QUILOMBOLA, passo a passo. **Revista Palmares: Cultura afro-brasileira.** Ano VI, p.57. nov. 2010. Edição Especial.

A proposta “**Analisando**” observará a ilustração para mostrar os passos para a garantia do direito à terra.

OBJETIVO:

- Identificar quem são responsáveis pelo autorreconhecimento, certificação e titulação.

O processo não é tão simples como a imagem deixa transparecer, pois vários conflitos podem ocorrer em todos os passos e, até mesmo, após a titulação. Por não ser tão simples que devemos observar o mapa abaixo.



Para não deixar a impressão que a titulação é simples, colocamos o mapa, disponibilizado no site indicado, com o intuito de mostrar a lentidão do processo.

Indicamos o uso de outro infográfico acessível no referido site.

Para acesso direto

LINK PARA ACESSAR:

<http://cpisp.org.br/caminho/>
 Acesso em 12 outubro de 2019.

Fonte: Disponível em <http://cpisp.org.br/>. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

No mapa, percebemos que, até julho de 2019, existiam centenas de processos abertos e tínhamos apenas 129 “Terras Quilombolas tituladas”, sem problemas, e 52 com a denominação de parcialmente tituladas, provavelmente territórios com dificuldades após a publicação da titulação, pois é preciso ver a questão das terras, mesmo com o relatório aprovado.



Contextualizando e aprendendo significados

Vejamos o que acontece após a aprovação:

“[...]Relatório aprovado, o INCRA publica uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola. Segue-se então a regularização fundiária, quando não-quilombolas são removidos das terras demarcadas e os imóveis particulares, desapropriados.

Somente após esse processo, chamado “desintrusão”, é concedido o título de propriedade à comunidade, que é coletivo, inalienável e em nome da associação dos moradores da área. O título é registrado no cartório de imóveis sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada. ”

Fonte: CIDADANIA QUILOMBOLA, passo a passo. **Revista Palmares: Cultura afro-brasileira**. Ano VI, pp.58-59. Novembro de 2010. Edição Especial.

a) Busquem os significados das palavras marcadas.

b) O que seria o período de desintrusão? Como essa fase pode afetar os quilombolas?

Para contextualizar o porquê dos entraves, utilizaremos o texto integrado à atividade.

OBJETIVOS:

- Identificar termos presentes nos processos de titulação;
- Buscar os significados das palavras grifadas;
- Definir desintrusão;
- Mostrar como a desintrusão afeta as comunidades quilombolas.

Com os dados presentes no mapa, observa-se que Sergipe tem 30 comunidades, mas apenas 4 estão com titulação. Se visitarmos o site da Fundação Palmares o número de comunidades certificadas são 32.

Apesar do número de certificações, as comunidades enquadradas com o título de tituladas ou parcialmente tituladas em Sergipe são: Lagoa dos Campinhos, Mocambo, Pirangi e Serra da Guia. A questão do parcialmente tituladas decorre de ainda existirem processos na justiça. Observemos as questões para os três primeiros casos:

Comunidade Quilombola	Município	Quantidade de famílias	Tempo do processo de titulação	Situação do processo administrativo de titulação
Lagoa dos Campinhos	Amparo do São Francisco	117 famílias	15 anos	O território foi titulado em quase sua totalidade, mas pende de conclusão. O último título foi entregue em setembro de 2017, referente a uma área da União. Essa fase encontra-se parada há mais de 2 anos.
Pirangy	Capela	67 famílias	12 anos	O processo está em fase de desintrusão, pendente de vistoria e avaliação dos imóveis incidentes. Processo parado há mais de um ano.
Mocambo	Porto da Folha	183 famílias	11 anos	O território está em estágio avançado de titulação, todavia não foi concluído; a desintrusão e registro cartorial das áreas em nome da comunidade, georreferenciamento e certificação estão em fase final, porém sem previsão de conclusão.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO

Especificaremos situações em Sergipe por meio da análise do quadro e das informações contidas.

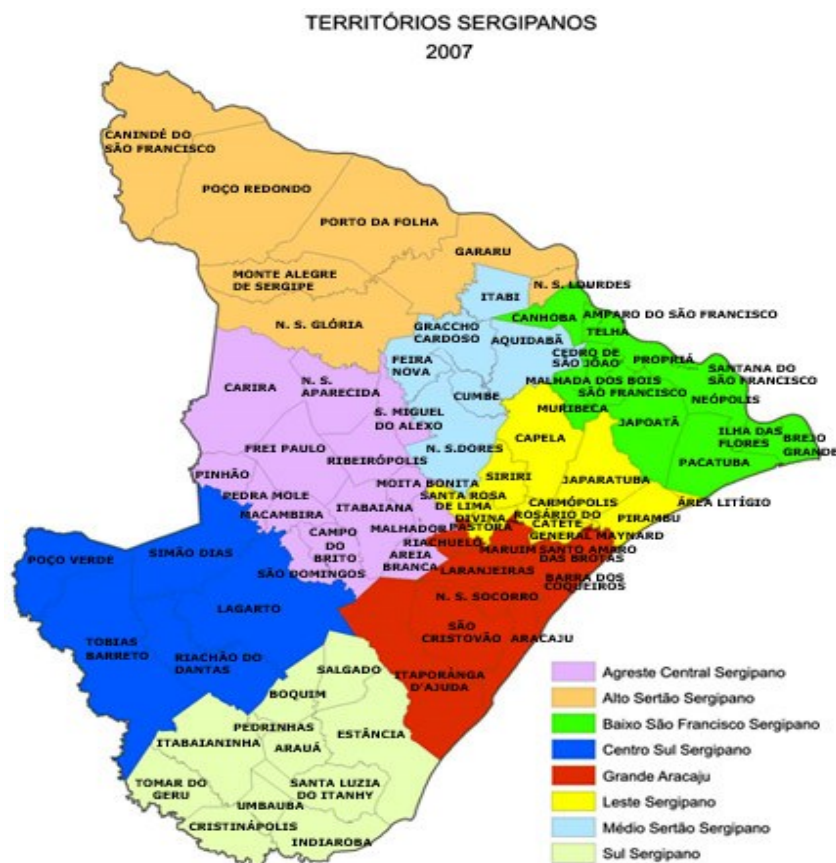
Sugerimos que os detalhes informativos sejam discutidos coletivamente entre professores e alunos.

Fonte: Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mpf-quer-a-regularizacao-de-dez-territorios-quilombolas-em-sergipe> . Acesso em 22/12/2019. (Adaptado pela autora, 2020)

Com isso, quais são essas comunidades? Em qual(is) região de Sergipe estão localizadas? Esse será o foco da nossa próxima parada. A localização das comunidades já certificadas, com titulação ou não.

EM SERGIPE, ONDE ENCONTRAMOS?

Sergipe possui um território diverso, apesar de seu tamanho territorial. A partir de então, a Secretaria de Estado do Planejamento e a Universidade Federal de Sergipe/UFS elaboraram uma divisão em oito territórios, de acordo com as características econômico-produtivas, geoambientais, sociais, político-institucionais e culturais.



Fonte: <https://sindifiscose.org.br/leitura/5692/home> . Acesso em 19 de dez. de 2020.

Cada área possui características, como clima, vegetação e relevo, um pouco diferente uma das outras. Além disso, historicamente, cada região teve uma dinâmica na formação. Essas diferenças podem, também, ser observadas nas formas e organizações das comunidades quilombolas existentes nas diversas localidades. Mas afinal, quais são as comunidades?

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO

O penúltimo ponto do tema buscará mostrar onde estão as comunidades de Sergipe. Para tanto, há a necessidade de os alunos conhecerem os territórios do estado, identificando os municípios.

Para essa abordagem seria interessante trabalhar de forma interdisciplinar com os professores de Geografia.

Para conhecer, vamos dar uma olhada no quadro:

Quadro 1 – Comunidades quilombolas certificadas de Sergipe

	MUNICÍPIO	NOME	DATA DA CERTIFICAÇÃO PELA FCP
1.	Amparo de São Francisco Aquidabã Canhoba Cedro de São João Telha	Caraíbas	12/09/2005
2.	Amparo de São Francisco Telha	Lagoa Dos Campinhos	04/06/2004
3.	Aquidabã	Mocambo	25/10/2013
4.	Aracaju	Maloca	07/02/2007
5.	Barra Dos Coqueiros	Pontal da Barra	12/05/2006
6.	Brejo Grande	Brejão dos Negros	28/05/2006
7.	Canindé De São Francisco	Rua dos Negros	25/10/2013
8.	Capela	Fazenda Pirangi	13/12/2006
9.	Capela	Terra Dura e Coqueiral	10/02/2011
10.	Capela	Canta Galo I	08/11/2011
11.	Cumbe	Povoado Forte	20/01/2006
12.	Estância	Curuanha	11/05/2011
13.	Estância	Porto D´Areia	10/07/2012
14.	Frei Paulo	Catuabo	07/06/2006
15.	Ilha Das Flores	Bongue	17/06/2011
16.	Indiaroba	Desterro	19/08/2005
17.	Japarutuba	Patioba	12/05/2006
18.	Japoatã	Ladeiras	12/05/2006
19.	Lagarto	Campo do Crioulo, Crioulo, Madalena, Pindoba e Saco do Tigre	20/05/2016
20.	Laranjeiras	Mussuca	20/01/2006
21.	Pirambu	Alagamar	08/11/2011
22.	Pirambu	Aningas	10/07/2012
23.	Poço Redondo	Serra da Guia	19/08/2005
24.	Poço Verde	Lagoa do Junco	10/07/2012
25.	Porto Da Folha	Mocambo	04/06/2004
26.	Propriá	Santo Antônio Canafistula	10/02/2011
27.	Riachão Do Dantas	Povoado Forras	24/09/2014
28.	Riachuelo	Quebra Chifre	11/05/2011
29.	Santa Luzia do Itanhy	Luzienses	19/08/2005
30.	Simão Dias	Sítio Alto	24/09/2014
31.	Siriri	Castanhal	20/05/2016
32.	Siriri	Lagoa Grande	26/04/2018

➤ **PROPOSTA DE DISCUSSÃO**

O quadro tem a relação das comunidades certificadas no estado de Sergipe. Será importante frisar a diferença entre a certificação e titulação.

A leitura por parte dos alunos para a identificação dos municípios e os nomes das comunidades presentes.

Fonte: Tabela da relação por Estado atualizada em 02/08/2019 do Site da Fundação Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-se-02082019.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2019. (Adaptada pela autora,2020).

Com a tabela notamos que em todos os territórios do estado de Sergipe há comunidades certificadas e existem municípios com mais de uma comunidade reconhecida. Outra questão interessante é que comunidades diferentes podem se unir na certificação e apesar da comunidade receber apenas um nome ela pode ser formada por várias localidades. A exemplo de Brejão dos Negros que envolve as localidades de Brejão, Carapitanga, Brejo Grande e Saramem.

Leia as páginas 62 a 64 para realizar as duas propostas a seguir:



Analisando.....1

Identifique no mapa os municípios que possuem as 4 comunidades tituladas de Sergipe. Para isso, construa uma legenda indicativa, composta com cores diferentes e o nome da comunidade.



As duas propostas de “**Analisando**” situam-se na identificação das comunidades.

Para o primeiro o eixo será o das comunidades certificadas.

Objetivos:

- Identificar e nomear as comunidades tituladas;
- Construir uma legenda para realizar o primeiro objetivo.

Fonte: <https://www.tce.se.gov.br/portaldojurisdicionado/Prefeituras.aspx?app=Licitacoes>.
Acesso em 19 de dez. 2019.

Analisando.....2



Observe as comunidades não tituladas que fazem parte da cidade ou microrregião onde você mora e realize os mesmos procedimentos do *Analisando.....1*.

Continuação da proposta anterior, contudo o foco serão as comunidades não tituladas e situadas na região do aluno.

OBJETIVOS:

- Identificar e nomear as comunidades não tituladas por cidade ou microrregião onde o aluno se inserir;
- Construir uma legenda para realizar o primeiro objetivo.



Fonte: <https://www.tce.se.gov.br/portaldojurisduccionado/Prefeituras.aspx?app=Licitacoes>.
Acesso em 19 de dez. 2019.

Modos de ser, viver, saber e crer

Para ser quilombola é preciso se reconhecer. Às vezes o processo não é tão simples, mas em termos de territórios, as comunidades quilombolas têm suas áreas identificadas por várias expressões: Terras de Santo, Terras de Índios, Terras de Parentes, Terras de Irmandades, Terras de Herança e Terras de Preto e Terras de Heréu. São terras de uso comum, e, muitas das vezes, objeto de conflitos sobre a posse. As comunidades sergipanas têm em seus espaços as identificações acima. Mussuca, Laranjeiras, seria “terra de pretos”; Brejão dos Negros, Brejo Grande, há a denominação “terras de Heréu”.

O sentido de pertencimento a partir do uso coletivo da terra é fundamental para o reconhecimento. Além disso, a ancestralidade recontada por meio da oralidade é um traço marcante das comunidades. Em várias, existem pessoas, as mais antigas ou mais velhas, que são portadoras das histórias e fundamentais para a recuperação da história das localidades. Zefa da Guia, na comunidade Serra da Guia; D. Maria Santos e Sr. Genilson, no Povoado Forte; Dona Nadir, na Mussuca; Dona Caçula, na Maloca; Sr. Robério, no Pontal da Barra, entre tantos outros nomes importantes dentro das comunidades.

O último ponto frisarão alguns caminhos da identificação por meio do nome do lugar, dos seus representantes e a relação de pertencimento, da importância da terra e da ancestralidade. Além disso, pontuaremos os saberes e crenças

MULHERES QUILOMBOLAS



ZEFA DA GUIA

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO

O ponto que destacaremos é a presença das mulheres quilombolas e o protagonismo delas dentro e fora da comunidade.

Tomaremos como exemplo duas mulheres: Zefa da Guia e Nadir da Mussuca.

A partir disso, indicamos dois vídeos que poderão ser trabalhados.



NADIR DA MUSSUCA

Fontes das imagens: Zefa da Guia- Disponível em: <https://al.se.leg.br/zefa-da-guia-sinonimo-de-forca-e-muita-fe/>. Acesso em : 10 de jan. 2020.

Nadir da Mussuca: foto de Fernando Correia, Disponível em <http://sintufs.org.br/conteudo/828/cultura> . Acesso em : 10 de jan. 2020.

Dica de vídeos:

Documentário sobre Maria Nadir dos Santos de Alexandra G. Dumas

<https://www.youtube.com/watch?v=eG-X3Cx77iw>

Acesso em 25 de janeiro de 2020.

Eu Sergipe - Zefa da Guia

https://www.youtube.com/watch?v=jmfZ3T_pFeY

Acesso em 25 de janeiro de 2020.

O Modo de ser quilombola pode ser visto nos nomes. Zefa e Nadir são identificadas com o seu lugar, sua comunidade.

Até o próprio nome da comunidade revela um pouco de sua origem, da memória coletiva, de uma história comum que se relaciona às identidades negras.

DENOMINAÇÕES DOS QUILOMBOS



MOCAMBO

Comunidade Quilombola de Mocambo, em Porto da Folha (SE) — Foto: INCRA/SE



Contextualizando e aprendendo significados

O texto faz referência à comunidade de Porto da Folha-SE.

“A história do nome da comunidade é composta por uma sucessão de alusões ao termo de origem quimbundo, mukambu, usado no Brasil para denominar povoações de negros fugidos. A primeira alusão concerne propriamente aos grupos de negros que ocuparam a região nos séculos 17 e 18. Em referência a esses grupos, o nome foi dado a um riacho: Mocambo. Mais tarde, o nome foi dado à primeira fazenda de gado instalada na área, a Fazenda Mocambo. O povoado que permaneceu dentro da Fazenda Mocambo passou a ser Comunidade de Mocambo, Já no século 20, o nome Mocambo passou a se referir a uma comunidade quilombola mais extensa, reunindo moradores de outros povoados.”

Fonte: CARVALHO, Maria Leticia de Alvarenga. **Quilombo de Mocambo**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. pp.2-3. (Coleção Terras de quilombos- Sergipe).

a) Busquem os significados dos termos grifados.

b) O nome da Comunidade Mocambo faz referência a qual termo?

c) Escolha cinco nomes de comunidades presentes no quadro da página 64 e faça uma pesquisa sobre a relação da denominação e a construção da identidade quilombola.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO

Contextualizar os significados das denominações dos quilombos tomando como exemplo o caso de Mocambo.

OBJETIVO:

- Compreender a relação do termo mocambo com a história da escravização no Brasil.

Existem várias expressões de referência ancestral africana nas comunidades. Uma das expressões mais comum é a das danças circulares:

Manifestação de Matriz africana criada por pessoas escravizadas que se refugiaram na Mussuca a partir do século XVIII. Era uma brincadeira para comemorar o nascimento de uma criança. Hoje é dançado por mulheres em pares.

o Samba de Pareia, o Samba de coco, e as danças de roda. Além da performance do corpo, as cantigas entoadas são reveladoras do ser quilombola, das lutas, das angústias, da fé, das pessoas importantes para a comunidade. O Samba de Pareia é específico da Mussuca, em Laranjeiras, mas o Samba de Coco é referenciado em várias comunidades: Desterro, Catoabo, Ladeiras, Caraíbas, Mocambo. Para as comunidades, o momento do Samba de Coco é de união,

cooperativismo para ações coletivas: festas, épocas de colheitas, mutirões. O sentido pode ser observado na citação:

“ ‘O samba de coco foi inventado pelo pessoal mesmo. Era o dia que quisessem. Não tinha hora certa. Era o dia que quisessem’, diz o Sr. João, saudoso dos velhos tempos. ‘Mas era pela noite! Ainda cantamos samba de coco. Cantamos pisando no chão de soar.’ No chamado batalhão, um mutirão organizado pelos quilombolas para construir casas, o samba de coco anima todo mundo, como nos tempos antigos, rememorados durante o trabalho de tapagem e assentamento do chão de terra. ‘As pessoas da vizinhança vinham e tapavam tudo cantando. Era aquele batalhão danado, aquela serenata danada até quando o sol se punha’, lembra o Sr. João. ‘As mulheres carregavam água para molhar o barro. Os homens mexendo. Outros carregando e outros tapando. Era assim’, detalha, sem esconder a saudade’.”

Fonte: SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. **Quilombo Catuabo**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016, p.7. (Coleção Terras de quilombos- Sergipe).

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO

A presença dos “sambas” nas comunidades será exposta nas próximas linhas. O documentário sobre Nadir da Mussuca coloca em evidência o Samba de Pareia.

Sobre o Samba de Coco

Indicamos o Registro audiovisual da comunidade ribeirinha de Mocambo. Direção: Oscar Malta e Tuca Siqueira

<https://www.youtube.com/watch?v=GU6P2cugzzo>

Acesso em 25 de janeiro de 2020.

Analisando.....



Releia a citação da página anterior para responder

1. Quem poderia ser Sr. João?

2. Em qual momento o Samba de Coco era entoado?

SIMBOLOGIAS DO SAMBA DE COCO E PAREIA

Quilombola do Desterro



Sr. José Félix da Cruz tocando o Samba de Coco
Fonte: Relatório Antropológico.

Fonte: COSTA, Luciana Célia da Silva
Quilombo Desterro. Belo Horizonte:
FAFICH, 2016. p. 10.

Ô negro, vamo tirá coco no
coqueiro do sertão,
Quem não aguenta tirá coco,
não aguenta a luta não

(Trecho de samba de coco,
cantado em Mocambo)

Quilombolas da Mussuca



Fonte: Disponível em:
<https://www.lugaresdememoria.com.br/2018/08/mussuca-tradicao-e-resistencia-em.html>. Acesso em
10 de jan. 2020.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO

Propomos a análise da citação para os alunos conhecerem a visão dos próprios quilombolas sobre suas práticas.

OBJETIVOS:

- Identificar a fala de um quilombola;
- Compreender o uso do Samba de Coco para a comunidade.

que ser quilombola é resistência frente às várias dificuldades, pois o modo de viver está relacionado àquilo que a “terra” possibilita. Assim, para as comunidades, as formas de sobrevivência material ligam-se às possibilidades de aproveitar das águas do rio, dos peixes, mariscos, crustáceos, das plantações, do coco, das criações e dos objetos que os quilombolas produzem com a matéria-prima vinda da natureza. Para algumas comunidades, isso ainda não é possível, pois, sem a titulação, muitos espaços são restritos.

Ademais, para sobreviver as comunidades realizam diversas atividades, que são diferentes ou semelhantes entre as comunidades. As atividades podem ser: agricultura, criação de animais, pesca, horticultura, fruticultura e os trabalhos com artesanato.

O que é cultivado depende das características da região. A comunidade Catoabo, em Frei Paulo, agreste sergipano, produz mandioca e tem casas de farinha. O mocambo de Porto da Folha, no sertão sergipano, margeado pelo rio São Francisco, já desenvolveu plantação de arroz. No Pontal da Barra, Barra dos Coqueiros, a presença do mar, de mangues e do Rio Japarutuba possibilita a pesca como principal forma produtiva e, além disso, objetos podem ser produzidos. Na Serra da Guia, as mulheres produzem vassouras, cestos, esteira com a palha de Ouricuri ou licuri. Na comunidade do Desterro, em Indiaroba, são produzidas panelas de Barro.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO

Nesta página, mostraremos, de modo geral, quais os meios de sobrevivência que as comunidades realizam por meio do uso da terra. Assim, deve-se direcionar o aluno ao entendimento de o porquê a terra é fundamental.

Para buscar novos exemplos ou elementos, nas referências bibliográficas há os livros da série Terras de Quilombos. Os textos darão um aprofundamento para 10 comunidades de Sergipe.

Quilombo Serra da Guia



Fonte: FRIZERO, Mariana Gonçalves
Quilombo Serra da Guia. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.p.12.

Quilombo Desterro



Fonte: COSTA, Luciana Célia da Silva.
Quilombo Desterro. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. p. 14.

No aspecto das religiosidades, observa-se a presença de diversas influências: catolicismo, protestantismo, espiritismo, além das religiões de matrizes indígenas e africanas, como o candomblé e a umbanda. Trata-se de uma questão que varia de acordo com cada localidade. Por exemplo, na comunidade da Mussuca, em Laranjeiras, há forte influência das religiões afro-brasileiras, o que se reflete na presença de terreiros nesse território. Um aspecto particularmente interessante é que muitas comunidades mesclam elementos de diferentes tradições religiosas, o que impacta diretamente seus saberes e crenças.



Contextualizando e aprendendo significados

Leia o que acontece na Comunidade Quilombola Serra da Guia:

“Na Serra da Guia são praticadas as religiões católica e espírita, englobando a doutrina kardecista, a umbanda, o candomblé, o toré, entre outras manifestações de matrizes africana e indígena. A prática do catolicismo não exclui outras e as mesclas passam a conformar religiosidades próprias. Alguns dos mais antigos moradores da Serra da Guia relatam que são rezadores e espíritas pela herança de pais e avós, que lhes transmitiram seus conhecimentos. D. Zefa da Guia usa da força de entidades como Preto Velho, Iemanjá, Padre Cícero, Jesus, entre outros, em suas rezas e benzimentos. Sua fama de benzedeira é reconhecida muito além da Serra da Guia. É procurada com frequência por pessoas vindas de diversas partes do Brasil e até por políticos importantes. Seu renome de rezadeira e parteira motivaram a produção de uma reportagem veiculada no programa Globo Repórter sobre suas atividades. D. Zefa da Guia também usa ervas e receitas medicinais, que ela conhece profundamente.”

Fonte: FRIZERO, Mariana Gonçalves. **Quilombo Serra da Guia**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. p.9.

a) Busquem os significados dos termos grifados.

➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO

As últimas questões abordadas foram as religiosidades e os saberes. Essa perspectiva foi trabalhada por meio de uma citação e de imagens que evidenciam a função das rezadeiras/benzedeiras ou rezadores, assim como o conhecimento sobre as plantas medicinais.

b) Como são transmitidos os saberes dos rezadores?

Observa-se que há vários saberes e crenças que permeiam as comunidades. Os saberes medicinais são alguns, entre muitos outros. O conhecimento sobre as diversas plantas medicinais é comum nas várias comunidades. Além disso, o papel das rezadeiras/benedeiras ou rezador é muito importante para todas as comunidades.

Sr. Zé rezador da Comunidade Sítio Alto



Fonte: LACERDA, 2017, p. 149.

Sr. Francisco do Quilombo Desterro



Fonte: COSTA, Luciana Célia da Silva. **Quilombo Desterro**.
Belo Horizonte: FAFICH, 2016, p.9.

Um caderno não será suficiente para entender a dinâmica e a riqueza das comunidades quilombolas, os seus aspectos mais peculiares, sensíveis e a riqueza que cada território carrega, pois isso é feito pelas pessoas, em seus espaços de convivência, conhecimento e saber. Os quilombolas são memórias vivas de resistência, sabedoria e comunidade. Por isso, encerro nosso caderno com um último desafio: conheça uma comunidade, da forma mais completa e viva, indo até ela, entrevistando os sujeitos históricos.



➤ PROPOSTA DE DISCUSSÃO

Professoras e professores, este ponto é lançado como um estímulo para desenvolvermos atividades de conhecimento sobre as comunidades quilombolas fora da sala de aula, visitando as próprias comunidades. Temos consciência de que isso não é fácil, e muitos nem sequer poderão tentar. Mas o caminho está aberto.

Se a visita não for possível, seria interessante construir, com os alunos, alguma prática que aprofunde o conhecimento sobre uma ou mais comunidades, preferencialmente aquelas que estejam ligadas à área dos alunos.

Vamos nessa?!



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Um pé calçado outro no chão**. Salvador: EDUFBA; Aracaju: Editora Diário Oficial, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Ensino de História: fundamentos e técnicas**. São Paulo: Cortez, 2004.

BOMFIM, Wellington De Jesus. **A “Luta pela Terra” no Processo de Regularização Fundiária de Território Quilombola: o caso da Comunidade Brejão dos Negros (SE)**. SÃO CRISTÓVÃO. 2017. 253f. (Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia) Universidade Federal de Sergipe.

CAMPOS, Juliana Soares. **Comunidade Quilombola Povoado Forte**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Coleção Terras de quilombos- Sergipe). Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/povoado_forte-se.pdf. Acesso em: 28 de dez.2019.

CARVALHO, Maria Leticia de Alvarenga. **Quilombo de Mocambo**. Belo Horizonte : FAFICH, 2016. (Coleção Terras de quilombos- Sergipe). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/mocambo-se.pdf> . Acesso em: 28 de dez.2019.

CIDADANIA QUILOMBOLA, passo a passo. **Revista Palmares: Cultura afro-brasileira**. Ano VI, pp.56-59. Nov. 2010. Edição Especial. http://www.incra.gov.br/sites/default/files/ladeiras-se_26-10-16_miolo.pdf . Acesso em: 28 de dez.2019.

CORRÊA, Máira Leal. **Quilombo Ladeiras**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Coleção Terras de quilombos- Sergipe). IN: ABREU, Martha; DANTAS, Carolina Vianna; MATTOS, Hebe. (Org.). **O negro no Brasil: trajetórias e lutas em dez aulas de história**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

COSTA, Luciana Célia da Silva. **Quilombo Desterro**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Coleção Terras de quilombos- Sergipe). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/desterro-se.pdf> . Acesso em: 28 de dez.2019.

FRIZERO, Mariana Gonçalves. **Quilombo Serra da Guia**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Coleção Terras de quilombos- Sergipe). Disponível em:

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/terras_de_quilombos_serra_da_guia-se.pdf . Acesso em: 28 de dez.2019.

FRIZERO, Mariana Gonçalves. **Quilombo Pirangi**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Coleção Terras de quilombos- Sergipe). Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/pirangi-se_26-10-16_miolo.pdf . Acesso em: 28 de dez.2019.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizados**. 7 ed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

LACERDA, Roberto dos Santos. **Territorialidade, Saúde e Meio ambiente: conexões, saberes e práticas em comunidades de Sergipe**. São Cristóvão, 2017.246f. (Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal de Sergipe).

SANTOS, Franklin Timóteo Souza do Espírito. **Quilombo Urbano Maloca: territorialidade e ressignificação de processos identitários**. Natal, 2011. 127 f. (Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SANTOS, Nivalda Batista. **Resistência e desafios na garantia da posse da terra na comunidade quilombola de Mocambo no município de Porto da Folha - SE**. Fortaleza. 2014. 106 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

SANTOS, Suely Virgínia dos O. **Quilombo de Caraibas**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Coleção Terras de quilombos- Sergipe). Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/caraibas-se_26-10-16_miolo.pdf . Acesso em: 28 de dez.2019.

SANTOS, Vera Maria dos Santos. A Formação do Espaço Urbano e suas Regiões In: SANTOS, Vera Maria dos Santos; ARAÚJO, Hélio Mário. **Geografia de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2012. Geografia de Sergipe. p.95-109

SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. 50 Textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. **Quilombo Catuabo**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Coleção Terras de quilombos- Sergipe). Disponível em: http://www.inra.gov.br/sites/default/files/catuabo-se_26-10-16_miolo.pdf . Acesso em: 28 de dez.2019.

SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. **Quilombo Pontal da Barra**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Coleção Terras de quilombos- Sergipe). Disponível em: http://www.inra.gov.br/sites/default/files/pontal_da_barra-se_26-10-16_miolo.pdf . Acesso em: 28 de dez.2019.

SILVA, Fernanda Cristina de Oliveira e. **Comunidade remanescente de quilombos do território Luziense**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016. (Coleção Terras de quilombos- Sergipe). Disponível em: http://www.inra.gov.br/sites/default/files/luziense-se_26-10-16_miolo.pdf . Acesso em: 28 de dez.2019.

REFERÊNCIAS DE SITES

Acervo fundiário INCRA. Disponível em: <http://acervofundiario.inra.gov.br/acervo/acv.php/>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

Comissão Pro-Índio de São Paulo. **Observatório Terras Quilombolas**. Disponível em: http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/?terra_nome=&situacao=0&uf%5B%5D=63&ano_de=&ano_ate=&orgao_exp=0http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/?terra_nome=&situacao=0&uf%5B%5D=63&ano_de=&ano_ate=&orgao_exp=0. Acesso em 28 de dezembro de 2019.

Comissão Pro-Índio de São Paulo. **O caminho da Titulação**. Disponível em: <http://cpisp.org.br/caminho/>. Acesso em 12 de out. de 2019.

DUMAS, Alexandra Gouvea. Nadir da Mussuca- quilombola Sergipe. Vídeo documentário sobre DONA NADIR, líder da comunidade quilombola Mussuca- SE. Disponível em: <http://afro.culturadigital.br/colecao/nadir-da-mussuca/>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

G1-SE. **Inra reconhece comunidade quilombola de Sergipe**. Aracaju. 22 de novembro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/inra-reconhece-comunidade-quilombola-de-sergipe.ghtml>. Acesso em 22 de dezembro de 2019.

INCRA. Disponível em: http://www.incra.gov.br/memoria_quilombola. Acesso em 28 de dezembro de 2019.

LEITE, Sylvia. **Mussuca:** tradição e resistência em comunidade quilombola. Blog Lugares de Memórias, 02 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.lugaresdememoria.com.br/2018/08/mussuca-tradicao-e-resistencia-em.html>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

MACÊDO, Stephanie. **Zefa da Guia:** sinônimo de força e muita fé. Rede Alese; Aracaju. 16 de agosto de 2018. Disponível em: <https://al.se.leg.br/zefa-da-guia-sinonimo-de-forca-e-muita-fe/>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

MPF, Ministério Público Federal. MPF quer a regularização de dez territórios quilombolas em Sergipe. 8 de novembro de 2019. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/se/sala-de-imprensa/noticias-se/mpf-quer-a-regularizacao-de-dez-territorios-quilombolas-em-sergipe>. Acesso em 22 de dezembro de 2019.

Página do Facebook. Quilombo Mocambo, Porto da Folha-SE. Disponível em: <https://www.facebook.com/quilombomocambo.se>. Acesso em 10 janeiro de 2020.

PNUD, Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento. **HISTÓRIAS DE “MAL’ASSOMBRO” E CANTIGAS DOS MANGUES E DAS MATAS DO QUILOMBO BREJÃO DOS NEGROS.** 30 de novembro de 2017, Sergipe. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/planeta/HistoriasBrejaodosnegros.html>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

PNUD, Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/publications.html?start=30&sort=date&view=list>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

Palmares-Fundação Cultural. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=538. Acesso em 12 de outubro de 2019.

TCE-SE, **Portal das Prefeituras Municipais do Estado de Sergipe.** Disponível em: <https://www.tce.se.gov.br/portaldojurisdicionado/Prefeituras.aspx?app=Licitacoes>. Acesso em 19 de dezembro de 2020.